



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ESTANISLAU CORDEIRO DA SILVA

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MIQCB – REGIONAL PARÁ:

Práticas culturais e aspectos socioeconômicos



Fonte: MIQCB: (<http://www.miqcb.org.br/galeria>).

MARABÁ – PA

2016

ESTANISLAU CORDEIRO DA SILVA

**QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MIQCB – REGIONAL PARÁ:
Práticas culturais e aspectos socioeconômicos**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Cientista Social, da
Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará.

Orientador: Profº. Dr. Cloves Barbosa.

MARABÁ – PA

2016

ESTANISLAU CORDEIRO DA SILVA

QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO MIQCB – REGIONAL PARÁ:

Práticas culturais e aspectos socioeconômicos.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial para
obtenção do grau de Cientista Social, da
Universidade Federal do Sul e Sudeste do
Pará.

Orientador: Profº. Dr. Cloves Barbosa.

Aprovado em: 20 de maio de 2016.

Conceito: _____.

Orientador: Profº. Dr. Cloves Barbosa - UNIFESSPA
Orientador

Examinador: Profº. Me. Marcelo Melo dos Santos - UNIFESSPA

Examinadora: Profª. Thayana Silva Junes

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar ao nosso Deus, Pai e Criador do universo, pela força, perseverança e direção dos meus passos para que pudesse alcançar esse tão sonhado objetivo.

À UNIFESSPA, representada pelo seu corpo docente, direção e funcionários, por ter me proporcionado a abertura de uma janela que hoje me permite um olhar diferente da vida, sem preconceitos e pré-noções na análise da realidade, eivado pela mais pura confiança no mérito de seus ensinamentos científicos e da ética profissional.

Agradeço a minha mãe Argentina Cordeiro da Silva, *in memoriam*, por haver me guiado e me dado orientações necessárias para poder trilhar com maturidade na estrada da vida, da qual guardo boas lembranças e muitas saudades.

À minha família, esposa Maria Célia e filhos Fernanda, Stanislaw, Juliana e Adriana, pelo amor, incentivo, compreensão e apoio incondicional, fatores fundamentais para a minha conquista.

Aos meus colegas de curso, pelos momentos maravilhosos que tivemos, tanto em sala de aula interagindo de forma positiva no compartilhamento de conhecimentos, como também nas horas de lazer, nas folgas, nos encontros, nas festas, nas viagens, etc.

Aos meus professores pela generosidade e paciência tidas no momento de transferir seus conhecimentos fundamentados nas suas experiências e saber profissional ou mesmo na condição de mediadores e/ou orientadores nos momentos da busca de conhecimentos em outras fontes, que visavam consubstanciar a minha formação.

Aos meus orientadores queridos, em primeiro lugar à professora Ma. Rita de Cássia Pereira da Costa e posteriormente ao Professor Doutor Cloves Barbosa, por não terem medido esforços na condição de incentivadores, na busca das melhores fontes de conhecimentos para alimentar o bojo do meu Trabalho de Conclusão de Curso.

Finalmente, deixo como forma de agradecimento geral, uma passagem bíblica vista no livro de Provérbios Cap. 23 Ver. 12: *Aplica à disciplina o teu coração e os teus ouvidos, às palavras do conhecimento.*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo mostrar de forma clara os aspectos socioeconômicos e as práticas culturais dentro das atividades que envolvem as Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu na região Sudeste do Estado do Pará, evidenciando o modo como se desenvolve a economia do babaçu atrelada à vida social dessas trabalhadoras agroextrativistas, que fazem dessa atividade seu meio de subsistência, mesmo ainda adotando uma prática tradicional de produção. O caminho metodológico utilizado para a busca das informações necessárias para compor o bojo do presente trabalho, baseou-se em entrevistas de pessoas domiciliadas na região, imagens fotográficas, relatos e documentos obtidos em diversas fontes pré-existentes como, outros trabalhos de pesquisa, livros e arquivos de conteúdo histórico-geográfico. Tudo com o intuito de mostrar de forma clara e real o transcurso das atividades do Movimento das Quebradeiras de coco Babaçu no nosso Estado, envolvendo suas lutas, suas aspirações profissionais e os seus objetivos políticos na região.

Palavras – Chave: Quebradeiras de Coco Babaçu. Práticas culturais. Economia do Babaçu.

ABSTRACT

This paper aims to show clearly the socioeconomic and cultural practices within the activities involving the women *Babaçu* coconut breakers in the Southeast of Pará State, evidencing how the *Babaçu* economy develops linked to the social life of these agroextractivist workers that make this activity their livelihood even further by adopting a traditional production practice. The methodological approach used for the search of the information necessary to compose this work, It was based on interviews of people living in the region, photographic images, reports and documents obtained in several pre-existing sources as other research papers, books and historical-geographical content files. All in order to show clear and real way has elapsed of the activities of The Movement of *Babaçu* coconut Breakers in our state, involving their struggles, their professional aspirations and their political objectives in the region.

Key - words: *Babaçu* coconut breakers. Cultural practices. *Babaçu* Economy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem de mata de babaçuais.....	11
Figura 2 - Quebradeira de coco babaçu em atividade.....	12
Figura 3 – Esquema produtivo da extração do coco de babaçu.....	16
Figura 4 - Cledeneuza Oliveira, representante do MIQCB/Regional-Pá.	22
Figura 5 – Fotografia de Maria Edna Paiva demonstrando a quebra do babaçu.	25
Figura 6 – Fotografia de Zilda Silva com instrumento de trabalho (pilão).	31
Figura 7 – imagem de um barracão com material a ser beneficiado.....	33
Figura 8 – Vanderlea Costa e esposo.	36
Figura 9 – Fotografia de Maria Lima (Santana) com filha e netos.....	39
Figura 10 – Jucilene Souza (Branca) e esposo.....	41
Figura11 – Maria Cleude Alves em sua residência (moradia típica).	44
Figura 12 – Sr. Juvêncio Mota, esposo de dona Terezinha (Quebradeira de Coco).	46
Figura 13 – Maria Romana, Quebradeira aposentada.	47
Figura 14 – Maria Hernestina e esposo, Quebradeira aposentada.	48
Figura 15 - Quantidade de produção da extração do babaçu no Brasil, no Maranhão e no Pará (1990 – 2010).	56
Figura 16 - Fruto de Coco babaçu aberto com suas subdivisões.....	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1 A LUTA DAS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU	11
3 AS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO NORDESTE PARAENSE	21
3.1 MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA	22
3.1.1 Vila São Benedito	25
3.1.2 Vila São José	30
3.2 MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA	32
3.2.1 Projeto de Assentamento 21 de Abril	33
3.2.2 Vila Ponta de Pedra do Araguaia	35
3.3 MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	37
3.3.1 Vila Santa Rita	37
3.3.2 Vila Itamerim	40
3.3.3 Vila São Raimundo	43
3.4 MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ.....	46
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE OS FATOS PESQUISADOS	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
6 REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho visa caracterizar e analisar os aspectos socioeconômicos e as práticas culturais relativos às atividades desenvolvidas pelos extrativistas de Coco Babaçu (*Orbinya Phalerata*, Mart.), mais precisamente no que se refere às atividades das mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) – Regional Pará nos municípios de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará nos quais se encontram os grupos de mulheres do MIQCB.

Os quais ficam situados a mais de 40 km do município de Marabá, tendo as localidades alvo da nossa pesquisa como Vila São Benedito e São José em São Domingos do Araguaia; PA 21 de Abril e Vila Ponta de Pedra do Araguaia em São João do Araguaia; Vilas Santa Rita, Itamerim e São Raimundo em Brejo Grande do Araguaia. Todos distando na faixa de 4 a 5 km de suas sedes. Além do município de Palestina do Pará com uma distância de aproximadamente 108 km de Marabá.

As localidades situadas apresentam descrições geográficas muito parecidas, com residências na sua maioria de construções rústicas, com paredes de enchimento de barro, piso de chão batido e cobertura de palha de babaçu.

Além das dificuldades supracitadas, o trabalho das quebradeiras de coco babaçu na região sudeste do paraense nos chamou atenção devido ser um local que ainda se desenvolve essa atividade agroextrativista no modo tradicional. E que mesmo assim diversas mulheres ainda mostram o interesse por esse tipo de atividade eminentemente rural, que além das dificuldades de ordem prática profissional, enfrentam outros obstáculos que se apresentam sob a forma de entraves para o desenvolvimento dessa prática.

Por esses e outros motivos apresentados durante o desenvolvimento do trabalho. É que resolvemos direcionar nossa pesquisa para a realidade dessas mulheres, que ainda hoje se dispõem a enfrentar essas dificuldades, assim como os motivos que as fazem acreditar que dias melhores poderão advir dentro do âmbito dessa atividade.

Isso tudo nos levou a fazer a utilização de um procedimento de efeito comparativo com outras áreas de ocorrência de babaçuais na Amazônia, tomados como exemplo os Estado do Maranhão, Piauí e Tocantins, como base de pesquisa.

Como já dissemos anteriormente o nosso trabalho de campo remete especificamente aos municípios de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará, locais de onde pretendemos mostrar como se desenvolvem essas atividades agroextrativistas, através de entrevistas e fotografias feitas com as pessoas residentes nessas localidades como: Cleudeneuza Oliveira do MIQCB/PA, Maria Paiva, Zilda Rosa, Vanderlea Costa, Maria Lima, Jucilene Souza, Maria Cleude, Juvêncio Mota, Maria Romana, entre outros. Todos domiciliados na região.

Metodologicamente este trabalho toma como base de pesquisa a observação etnográfica, por isso recorreu-se também a relatos e documentações vistos em diversas fontes como outros trabalhos de pesquisa, livros, artigos e arquivos de repartições públicas. Materiais importantes para fundamentar o direcionamento metodológico, a fim trazer ao nosso conhecimento de forma clara e real os fatos que possam elucidar como se deu o transcurso do Movimento das Quebradeiras de Coco Babaçu no nosso Estado. Desvendando quais as suas aspirações profissionais e objetivos políticos na região.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A LUTA DAS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU

O extrativismo do coco babaçu (*Orbignya Phalerata*, Mart.) é uma atividade de cunho familiar e um trabalho de gênero desenvolvido nas áreas de matas de babaçuais. Ultimamente as florestas de babaçu se encontram, cada vez mais distantes e dispersos dos lugares que frequentemente coletavam, fato este que tem sido atribuído como uma das dificuldades na busca dos frutos e para o trabalho das quebradeiras de coco babaçu. Ante a este processo a atuação das quebradeiras de coco, trava-se uma incessante luta pelo livre acesso às áreas de coleta e da preservação dos babaçuais.

Figura 1 - Imagem de mata de babaçuais.



Fonte: Galeria do trabalho de campo (São Domingos do Araguaia, 2014).

O babaçu é Palmeira brasileira de grande porte que chega a crescer até 20m de altura, de tronco cilíndrico e copa em formato de taça. O fruto é uma drupa com elevado número de frutos por cacho, sendo esses em número de 4 (habitat natural),

que varia de 15 a 25 frutos por cacho. Os frutos são em formato elipsoidal, mais ou menos cilíndricos, pesando de 90 a 280g. (VIVACQUA FILHO, 1968).

Os frutos de coco babaçu são transportados pelas catadoras para serem armazenados em locais apropriados ou na falta destes em suas próprias casas, onde processam a separação das amêndoas do resto do coco, utilizando o fio de um machado e um porrete, sentadas no chão, sem qualquer tipo de proteção física, como pode ser vista na imagem da (Figura 1).

Figura 2 - Quebradeira de coco babaçu em atividade.



Fonte: MIQCB <<http://www.miqcb.org.br/galeria>>.

É comum se notar a presença de crianças no ambiente de trabalho de coleta e quebra de coco babaçu, mas sabe-se que se trata de filhas ou filhos das quebradeiras que ajudam no trabalho de suas mães ou simplesmente as acompanham. Surge então a discussão sobre o trabalho infantil nesse tipo de atividade laboral (ROSA, 2011).

Nesse caso as mulheres argumentam ardentemente a questão, no que o fato trata-se da educação familiar, que devido suas atividades do campo, nada mais natural de que seus filhos estejam aos seus lados, aprendendo os valores morais e o conhecimento familiar tradicional que devem ser passados para as novas gerações (MIQCB, 2009). Essa situação de compreensão ambígua pode ser bem descrita na visão das quebradeiras, através do depoimento da Sra. Maria Edna

Batista Paiva, quebradeira de coco da Vila São Benedito, município de São Domingos do Araguaia, sobre a participação das crianças no trabalho com o babaçu:

Existe uma polêmica com relação ao trabalho infantil desenvolvido dentro da atividade das quebradeiras, porém é preferível tá com eles juntos no trabalho do que ter eles nas ruas recebendo outros tipos de influências que atrapalhe a criação de família e do respeito aos pais. Minhas filhas hoje são formadas com ajuda da formação dada no barracão das quebradeiras. Se elas tivessem sido criadas na rua sem ter a minha atenção, hoje quem sabe não estariam no mundo das drogas, ou de outra perdição. (PAIVA, 2014).

A atividade de quebradeira de coco babaçu é marcada pela questão de gênero, tanto que, os homens (maridos), poucas vezes se dizem quebradores de coco, cabendo-lhes apenas uma participação muito esporádica no trabalho predominantemente desenvolvido pelas mulheres. Estando os mesmos mais arraigados a trabalhos considerados mais pesados como na pecuária, lavoura e outras atividades rurais, conforme explica Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira (entrevista concedida no dia 25 de abril de 2014), coordenadora técnica do MIQCB, no município de São Domingos do Araguaia - Pará.

A relação das quebradeiras com os recursos oriundos do babaçu vai além do trabalho e da busca da renda simplesmente, elas também produzem e reproduzem os conhecimentos que envolvem a extração das amêndoas do coco e o preparo de alimentos como: o leite de babaçu, farinha, mingau, óleo e outras comidas a base do babaçu, que passam a fazer parte dos atributos culturais que marcam de modo específico as mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Os saberes que detém sobre o uso dos recursos e a relação que estabelecem com este e com a natureza também que se estende a cantos e músicas, constituindo uma forma de expressão, seja do cotidiano de suas vidas e atividades, seja das suas reivindicações sociais e políticas. Através do canto ficam marcados aspectos culturais e forma de vida e respeito à natureza as quais são passadas de mães para filhos e filhas.

É comum a elaboração de músicas pelas próprias quebradeiras de coco babaçu ou por pessoas que reconhecem seu trabalho e lutas. As músicas são cantadas durante o trabalho de coleta e quebra de coco babaçu, ou em eventos sociais e atuações políticas, e que geralmente descrevem a luta social, a resistência e o modo de vida das quebradeiras, conforme a seguir:

COMO PODEREI VIVER

Refrão: Como poderei viver (2x)

De leste, Oeste à Sul
Sem nosso babaçu

Companheira organizada,
Vamos ganhar a parada!
Lutando pelas palmeiras,
Não deixara derrubada!

Quebradeira não tem nada,
Só tem um título é uma machada.
Prá votar em seu fulano,
Que por ela não faz nada.

Com a nossa fabriqueta,
Que vamos nos animar.
Fazer o sabão de coco,
Para a vida melhorar.

MIQCB e ASSEMA
Veio aqui nos animar,
Para nos falar com força
E nunca desanimar!

A mulher tem que ter força,
Saber na vida lutar.
Prá que o nosso babaçu,
Outro não venha juntar!

Companheira quebradeira,
Vamos nos organizar!
Com a força das mulheres,
A vida vai melhorar!

(Fonte: Música sob o domínio popular, contida no livro de músicas dedicado aos jovens das comunidades tradicionais, selecionadas pelo grupo musical "AS ENCANTADEIRAS").

O processo produtivo das quebradeiras de coco na forma tradicional é considerado obsoleto, devido ainda ser baseado no sistema artesanal, ou seja, com

maquinários de pequena qualidade tecnológica, o que determina a baixa produtividade no seu trabalho, somando aos entraves que envolvem desde o acesso, o transporte, a comercialização e o processamento.

O acesso aos babaçuais tornou-se difícil devido a obstrução por parte dos donos das terras onde se encontram os palmeirais. E quando isso acontece, esse fato tem se convencionado chamar entre as quebradeiras e outros que trabalham o tema de "coco preso", quando para o seu contrário, que é o desejado "coco livre".

O trabalho de coleta é feito nos babaçuais, seguido de um armazenamento geralmente feito em cestos de palha do próprio babaçu, porém muita das vezes, as quebradeiras são obrigadas a deixar parte da sua produção com o próprio dono da terra, ou seja, condição necessária para se obter a permissão para a coleta, chamada "quebra de meia".

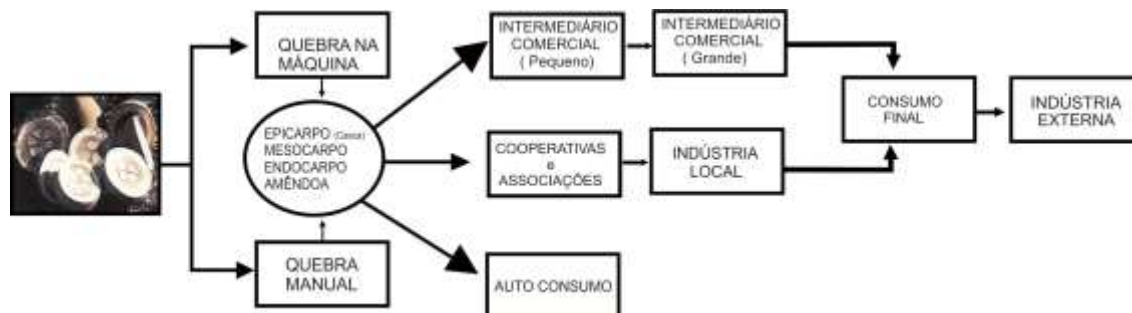
Enquanto que o transporte é feito a pé pelas mulheres quebradeiras, em geral em longas distâncias, devido as crescentes destruições dos babaçuais por parte dos fazendeiros. Assim além de ficarem mais dispersos no território se tornam também cada vez mais longe das casas dessas extrativistas.

Na fase da comercialização dos subprodutos do babaçu, ou seja, elementos com utilidades e valor comercial distinto que se originam do fruto, surge a figura do atravessador que compra a produção em geral a preços mais baixos, caracterizando de forma acentuada a exploração da força de trabalho aplicada a manufatura dos derivados da palmeira babaçu e sobre tudo, da amêndoa que produz. Pois, em vista da necessidade de agregar mais valor ao produto, o "babaçu" precisa ser processado e transformado em subprodutos, como óleo, azeite, sabonete, farinha de mesocarpo, entre outros.

Mas nesta fase exige-se que se tenha um capital industrial (máquinas de quebrar coco, fornos e processadores) e comercial, conhecimento técnico e organização mais específica. O esquema produtivo da extração do coco babaçu aqui apresentado mostra claramente o processo que envolve a forte dependência funcional que envolve o processo tecnológico e os mecanismos comerciais utilizados pelo mercado com o fim de dar fluxo aos subprodutos até alcançar o consumidor

final. Quanto mais e melhor tecnologia se dispôr no processo de produção maior oferta se terá a disposição do mercado.

Figura 3 – Esquema produtivo da extração do coco de babaçu.



Fonte: Adaptação nossa (Fluxograma)

O trabalho das mulheres quebradeiras de coco babaçu na sua fase inicial, foi por muitos anos, caracterizado por ser uma atividade sem nenhuma restrição para acesso às matas de babaçuais, podendo até então, ter livre penetração a essas áreas, todavia após a aprovação da Lei nº 2.979, de 17 de junho de 1969, denominada como Lei Sarney de Terras, que tinha por finalidade regularizar as terras até então devolutas do Estado do Maranhão, em nome do Projeto Nacional de ampliação de Fronteira Agrícola Brasileira (Ayres Junior, 2007). Ocorre que nessas áreas estavam situadas as maiores florestas de coco babaçu, onde as mulheres quebradeiras desenvolviam seus trabalhos extrativistas. Porém a partir de então os fazendeiros beneficiados com a posse das terras dada pelo governo, passaram a criar empecilhos para o acesso das quebradeiras, criando resistências, inclusive armadas. Enquanto isso, os babaçuais eram derrubados e queimados para dar sustentação a produção de carvão vegetal e para dar lugar a plantação de pastagens para a criação de gado bovino (Idem P8, 2011).

A formação da classe trabalhadora no Brasil tem início no século XIX, verifica-se a modernização da sociedade brasileira com o desenvolvimento de um mercado interno a partir de 1808, a estruturação do Estado Nacional, a transformação da terra em mercadoria, e a abolição da escravidão, a formação da classe trabalhadora gerando direitos e desigualdade social. O final da escravidão também contribuiu para a redefinição das condições de vida no campesinato. A terra passa a ser o fundamento de dominação e exploração em lugar da relação de servidão e a disputa pela terra passa a opor camponeses e fazendeiros (MARQUES, 2006).

Esse episódio agressivo à natureza e principalmente a esse Grupo de trabalhadores extrativistas, mesmo nesse momento histórico ainda não reconhecido

como povos tradicionais da Amazônia, passaram a reagir de forma pacífica, criando força de resistência política em prol de suas atividades rurais.

Nascendo então duas instituições não governamentais dispostas a trabalhar na organização, proteção e incentivo das atividades dessas mulheres quebradeiras de coco, sendo elas: Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA e Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB (Idem p.8, 2011). Sendo esta última com representatividade mais ampla, ou seja, nos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

A área de atuação da ASSEMA compreende apenas, o Estado do Maranhão atendendo 17 Áreas de Assentamentos nos municípios de São Luis Gonzaga do maranhão, Lima Campos, Lago do Junco, Lago do Rodrigues, Esperantinópolis e Peritoró, assim como algumas Associações e Cooperativas em outros municípios do Estado maranhense que trabalham com o coco babaçu (Idem p.8, 2011).

Conforme Idem p.9 (2011), a missão do MIQCB é de prestar assistência técnica a grupos de mulheres nas regiões onde a entidade possui representação, levando apoio técnico para a produção com distribuição de diversos documentos como, (estudos, diagnósticos, livros, cartilhas, folhetos, etc). Cabendo-lhe ainda o papel de organizar eventos como, encontros, seminários e reuniões das mulheres quebradeiras de coco, e com órgãos públicos como (Ministério Público, Prefeituras e governos Estaduais) em prol das quebradeiras e da não destruição dos babaçuais.

A ASSEMA e o MIQCB, em alguns momentos funcionam de forma semelhante no trabalho de assessoria e assistência técnica para as cooperativas e associações, no que se refere à questão da comercialização dos produtos, desenvolvendo atividades que envolvem treinamento e capacitações. Garantindo uma exploração sustentável da natureza, por parte da comunidade rural, mantendo vivo o conhecimento e a cultura tradicional, sem deixar de assegurar uma boa qualidade de vida às pessoas envolvidas com as entidades beneficiadas.

No trabalho de campo pôde ser observado que o MIQCB/Regional, preocupa-se também, com a situação social de seus filiados, estabelecendo fortes relações com as famílias das quebradeiras, fazendo visitas periódicas, informando-se sobre a estrutura familiar, a questão escolar e de saúde das crianças, entre outras situações,

conforme depoimento da Sra. Maria Edna B. Paiva, residente na Vila São Benedito, município de São Domingos do Araguaia/PÁ.

O MIQCB tem como sua principal bandeira de luta a efetivação da "Lei do Babaçu Livre" em âmbito estadual. A referida lei trás como seu maior objetivo a garantia do livre acesso das quebradeiras e suas famílias nas áreas dos babaçuais, assim como o uso comunitário dos frutos do babaçu, mesmo em áreas consideradas privadas, além de impedir a destruição das palmeiras de coco babaçu (Idem P.9, 2011).

A palmeira do babaçu é uma vegetação predominante em quase todo o território do estado do Maranhão e grande parte dos Estados do Piauí, Pará e Tocantins, perdendo sua visibilidade somente em áreas que foram cortadas e queimadas para plantação de pastagem, plantação de soja ou outra cultura agrícola. Todavia sabemos que o babaçu possui uma capacidade de regeneração extraordinária (RIBEIRO, 1985), mesmo nas terras onde o terreno fora preparado para pastos, ainda assim é possível ver crescer as palmeiras de babaçu, as quais são consideradas pelos fazendeiros como uma “praga”, fato entendido pelos fazendeiros como prejuízo devido a necessidade de limpeza constante dessas áreas (Idem P.9, 2011).

Devido às condições atuais em que se encontram os babaçuais, com suas palmeiras distantes e cada vez mais dispersas, o trabalho das mulheres quebradeiras de coco babaçu, tem se tornado gradativamente como um trabalho de baixa produtividade, tendo isso contribuído para um trabalho de coleta cada vez mais difícil e dispendioso, com pagamento de frete caro e a ocorrência de constantes casos de roubos dos frutos coletados nas matas. Fato que obriga as quebradeiras a venderem os frutos para os comerciantes locais, sem que possa aplicar qualquer beneficiamento o que lhes daria um rendimento muito maior. Enquanto isso, os comerciantes revendem o produto para os atravessadores, até que chegue às indústrias, com elevado valor agregado, criando-se então um entrave dentro da cadeia comercial das mulheres quebradeiras, sendo que elas, são as que menos ganham dentro desse processo econômico (Idem P.9, 2011).

As duas principais organizações ligadas ao trabalho das mulheres quebradeiras de coco babaçu (ASSEMA e MIQCB) são também as responsáveis em

propor a tabelamento dos produtos derivados do coco babaçu, conforme os últimos dados obtidos, o preço do quilograma da amêndoa no Estado do Maranhão, oscilava entre R\$ 1,00 e R\$ 1,50, associado ao custo de transporte e a distância do local de produção (MIQCB).

No Estado do Pará em termos de preço de produção, hoje se verifica que o saco do coco de babaçu custa em torno de R\$ 2,00, gerando 12 Kg de amêndoas, que por sua vez pode produzir 1,5 litros de azeite, vendido a R\$ 10,00 em média. Um quilograma de mesocarpo (casca) é vendido por R\$ 6,00, gerando 04 latas de carvão de casca, que é vendido por R\$ 2,50 a lata e o Kg da amêndoa custa R\$ 2,00, toda essa informação foi adquirida através do MIQCB/PA.

A produção de uma mulher quebradeira gira em média por volta de 8 Kg de amêndoas durante um dia de trabalho, dependendo da habilidade poderá obter até 15 Kg/dia. Levando em conta que uma mulher que trabalhe exclusivamente na produção de amêndoas de babaçu, numa jornada semanal de até 5 dias, poderá conseguir em um mês um rendimento entre R\$ 160,00 e R\$ 450,00.

Isso é muito pouco para muito trabalho, todavia para que eles possam auferir um maior rendimento, se faz necessário que as amêndoas sejam beneficiadas e transformadas em subprodutos, ou seja, produtos derivados do babaçu como: óleo, azeite, sabonete, farinha do mesocarpo, entre outros, além da transformação da casca em carvão vegetal para uso doméstico. Sendo assim o valor da renda econômica das quebradeiras poderia até triplicar, segundo dados colhidos junto ao MIQCB (Idem P.9, 2011).

Numa elaboração feita pelo Professor Mesquita, 2008, baseada em estudos realizados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA (2007) estimou-se, que até o ano de 1996 no estado do Maranhão, mais de 135 mil mulheres praticavam a coleta e a quebra do coco babaçu e tinham como trabalho principal ou secundário, o que na época representava mais de 10% da força de trabalho rural.

Ainda conforme o mesmo estudo, cerca de 38% das famílias, tinha esse tipo de trabalho como atividade laboral principal, ou seja, o sustento dessas famílias dependia exclusivamente da venda do babaçu. Para outros 30% essa atividade representava a metade da renda para o sustento da família, finalmente para os 32%

restante, a atividade do coco babaçu servia apenas como complemento da renda familiar (AYRES JUNIOR, 2011).

No trabalho de campo realizado na região sudeste paraense e em outro momento histórico, essa realidade apresenta-se de outra forma, pois essa relação de dependência perde sua característica, devido aos Projetos Sociais promovidos pelo Governo Federal, como “Bolsa Família”, “Bolsa Escola”, entre outros, fazendo com que a renda proveniente do coco babaçu, sirva apenas como complemento à renda familiar, mesmo porque nos dias de hoje, ocorre a escassez do coco babaçu, condicionada pela dispersão e a distância das áreas onde se localizam os babaçuais, conforme afirmações das pessoas entrevistadas durante o trabalho de campo.

3 AS MULHERES QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU DO NORDESTE PARAENSE

Conforme dados obtidos da Nova Cartografia Social da Amazônia, dão conta de que no sudeste paraense verifica-se a presença de grande marco da ocorrência de babaçuais, principalmente nos municípios de São João do Araguaia, São domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará, locais de existência de uma expressiva mobilização política, social e identitária por parte das mulheres que fazem parte do Movimento Interestadual do Coco Babaçu – MIQCB. Mesmo assim essas mulheres ainda se ressentem do não reconhecimento de suas práticas sociais e produtivas na região, e como forma de reação passaram a denunciar as ações cometidas pelos fazendeiros, os quais desmatam e devastam as matas de babaçu, para a plantação de pastos para o gado bovino. Essas mulheres lutam firmemente contra a falta de reconhecimento social, econômico e político, gerados por esse tipo de trabalho agroextrativista, que é a cultura do coco babaçu no Estado do Pará. A Luta além de questionar a falta de reconhecimento dessa cultura, questiona também as ações de devastação das palmeiras que geram os frutos do babaçu, os quais são de fundamental importância para a atividade produtiva e econômica desse seguimento social. No trabalho de mapeamento das áreas de ocorrência dos babaçuais, os pesquisadores mostram que no sul do Pará, mais especificamente nas fronteiras que ligam aos Estados do Tocantins e Maranhão, vislumbra-se uma extensa paisagem de babaçuais nativos ao meio de florestas secundárias, em diferentes estágios de crescimento. Esses estágios devem-se às ações dos agentes sociais que atuam no território e bioma de seu crescimento espontâneo. No Sudeste do Pará é muito fácil perceber a presença de babaçuais recentes (as pindovas) jovens e adultas. Em condições de intenso brotamento, visto que esse tipo de vegetação possui a característica de renovação rápida e constante. Existem diversos registros de denúncias sobre desmatamentos intensos, com processo de devastação da mata de babaçuais, por derrubada, corte e envenenamento das palmeiras. Questão que as autoridades não têm levado em conta pelo fato dos fazendeiros se intitularem donos das terras, através de estratégia de ocupação do próprio governo denominado Projeto de Ocupação da Amazônia, através do INCRA que distribuiu grandes áreas de terra para diversas pessoas com o fim do desenvolvimento agrário.

Este Trabalho de Campo como já foi tratado na nossa introdução remete à região sudeste do Estado do Pará, nos municípios de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Brejo grande do Araguaia e Palestina do Pará, objetivando buscar através das entrevistas, relatos e documentos, que possam identificar e analisar as situações sociais, as práticas culturais e os aspectos socioeconômicos que envolvem as atividades das quebradeiras de coco babaçu nessa região.

3.1 MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA

No Estado do Pará o trabalho extrativo rural que envolve as mulheres quebradeiras de coco babaçu fluíram da mesma forma como nos Estados do Piauí, Tocantins e Maranhão, porém com características próprias da região, conforme entrevista feita com a senhora Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, coordenadora regional do MIQCB no Estado do Pará, município São Domingos do Araguaia, localizado na região sudeste do Estado, pertencente a região polo Marabá, com uma população estimada até o ano de 2012 de 23.602 habitantes, possuindo uma área de 1.398,559 Km² (IBGE, 2012).

Figura 4 - Cledeneuza Oliveira, representante do MIQCB/Regional-Pá.



Fonte: Trabalho de Campo no município de São Domingos do Araguaia, 2014.

Segundo a entrevistada a missão do MIQCB com relação às quebradeiras de coco babaçu, disse que:

Em primeiro lugar é fazer com que as mulheres se sintam cada vez mais a vontade em dizer que sentem orgulho em serem quebradeiras de coco, pois anteriormente ao surgimento do movimento do MIQCB as mulheres tinham vergonha de dizer que exerciam aquela atividade até então considerada secundária em relação a outras atividades rurais. Hoje pelo contrário, para que cada uma delas possam se sentir promotoras deste trabalho que é reconhecido nacionalmente, além disso, fazer deste trabalho uma fonte de renda que venha complementar a renda familiar. No passado a produção das quebradeiras era a renda principal da família, quando muitas senhoras quebradeiras criavam seus filhos e netos com a renda destes produtos, hoje a renda das quebradeiras significa apenas um complemento à renda família, mesmo àquelas mulheres que são consideradas chefes de famílias por não terem maridos, devido a disponibilidade de programas sociais oferecidos pelo Governo Federal, como bolsa família, bolsa escola, e a renda do trabalho na roça que é a sua principal atividade rural, pois o trabalho de quebradeira é uma atividade que é desenvolvida durante as entressafras da agricultura familiar. A atuação do MIQCB no Estado do Pará se estende aos municípios de São Domingos do Araguaia (Vilas de São Benedito e São José), município de São João do Araguaia (Vilas de Ponta de Pedra do Araguaia e 21 de Abril), município de Brejo Grande do Araguaia (Vilas Itamerim, São Raimundo e Santa Rita) e o município de Palestina do Pará (OLIVEIRA, 2014).

Conforme a pesquisa o valor comercial do produto do coco babaçu no Estado do Pará é maior que no Estado do Maranhão, sendo isso uma conquista resultado da mobilização do MIQCB, que organizou o trabalho das mulheres que vendiam sua produção de porta em porta, hoje passaram a vender em pontos estabelecidos por elas e nas feiras livres, com preços fixados pela cooperativa que estabeleceu o preço do azeite e da massa extraídos do coco babaçu a serem vendidos externamente.

Esse estado produtivo passou por diversas fases que reflete as dificuldades enfrentadas pelas mulheres extrativistas desta região, entre elas o histórico de conflitos enfrentados pelas quebradeiras frente aos donos de terras, mesmo sendo fatos registrados de forma mais marcante no Estado do Maranhão e Tocantins, na luta pelo acesso aos babaçuais. Nas regiões de colheita no Estado do Pará esse fato também ocorreu, porém de forma menos acentuada, mesmo no período áureo das empresas Siderúrgicas, chamadas de “guseiras”, havia acordos com os fazendeiros, também intermediados pelo MIQCB, os quais acabavam por permitir a colheita do coco maduro nas áreas de suas terras. Essas intervenções feitas por parte do MIQCB se estabeleciam em virtude da “Lei do Babaçu Livre”, que somente no município de São Domingos do Araguaia se tem registro de aprovação de tal legislação em favor do trabalhador rural, Lei municipal nº 934 de novembro/2004. Isso se deve também a uma mobilização junto a vereadores e o prefeito da época,

todavia sabe-se que embora a lei aprovada e sancionada, na prática nunca foi executada, “ninguém respeita, ninguém faz nada”, diz Cledeneuza Oliveira.

Durante o período de auge das "guseiras", quando as empresas de siderurgia estavam em pleno desenvolvimento, as quebradeiras enfrentavam algumas dificuldades, porque além das "guseiras" existem até hoje as "cerâmicas vermelhas" empresas produtoras de tijolos e telhas, que consomem o carvão provindo da queima do coco babaçu inteiro, como também alguns fazendeiros que arrendavam suas terras para essas empresas, passando então a impedir o acesso das quebradeiras.

Porém os pequenos proprietários permitiam que as quebradeiras colhessem o côco em suas áreas, mesmo porque eram poucas mulheres. Muitas outras dificuldades ainda persistem como a “quebra de meia”, que é uma condicionante estabelecida por determinados donos de terras, para que fique a casca do coco em suas terras para a produção de carvão vegetal.

Outra dificuldade enfrentada pelas mulheres quebradeiras trata-se do “roubo do côco” coletado nos babaçuais por parte de aproveitadores que vendem o fruto inteiro para as siderúrgicas ou para as cerâmicas, para a produção de carvão simplesmente, mas a maior dificuldade é o “transporte” que significa o trabalho de levar o material coletado na mata para o local de beneficiamento, visto que hoje as palmeiras estão cada vez mais dispersas e mais distantes, devido o desmatamento e o corte dessas palmáceas.

Isso tudo obriga as quebradeiras a pagarem um preço absurdo pelo frete de veículos para fazer o transporte da matéria prima de seu trabalho, ao preço de Cr\$ 3,00 por cada saco de coco transportado.

Nessa região os subprodutos extraídos do coco babaçu são somente o azeite, o carvão para uso doméstico e a massa do mesocarpo, da qual é fabricado o fubá, para a confecção de mingau, biscoito, bolo, além do uso medicinal, como chá indicado para gastrite e úlceras.

Esses subprodutos anteriormente eram vendidos de forma aleatória, com preços variados e valores que não coadunavam com o trabalho das quebradeiras, foi então que se viu a necessidade da criação de uma cooperativa que pudesse

gerenciar o trabalho dessas mulheres e a sua produção, estabelecendo preços de compra do produto *in natura* por parte da cooperativa junto às quebradeiras associadas, e estabelecendo também um preço para a venda no mercado, com valor acrescido do trabalho de pesquisa exigido pela vigilância sanitária, rótulo (selo) e embalagem, sendo que as não sócias ainda vendem seus produtos para atravessadores por um valor abaixo do mercado.

As Cooperativas devidamente legalizadas conseguem comercializar esses produtos com mercados locais, interestaduais e até internacionais. A cooperativa das quebradeiras do Estado do Pará encontra-se sediada no mesmo prédio onde funciona o MIQCB, na Av. Cândido Abreu nº 526, município de São Domingos do Araguaia.

Essa entidade segundo a Sra. Cledeneuza Oliveira, no ano de 2013 registrou uma produção referente ao azeite de coco babaçu em torno de 929 litros, de janeiro a dezembro, numa média de 77,4 litros ao mês. Isso porque esse trabalho ainda é uma atividade predominantemente artesanal, dependente exclusivamente da força física e da habilidade das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

3.1.1 Vila São Benedito

Figura 5 – Fotografia de Maria Edna Paiva demonstrando a quebra do babaçu.



Fonte: Trabalho de Campo na Vila São Benedito (São Domingos do Araguaia), 2014.

Nesta imagem temos a figura da Sra. Maria Edna Paiva, residente na Vila São Benedito, município de São Domingos do Araguaia, fazendo uma demonstração sobre a forma como as mulheres quebram o coco babaçu no modo artesanal. Ele

utiliza um instrumento cortante num formato de um machado, desta forma apoiado em uma placa de ferro, onde é colocado o fruto do coco para ser cortado no sentido longitudinal e posteriormente é batido com uma peça de madeira denominado “porrete”. O corte no sentido longitudinal ocorre para que a amêndoa seja retirada de forma inteira da casca.

Segundo a Maria Paiva, há dois anos atrás a atividade de simples coleta de coco babaçu predominava na região, subsistindo até pouco tempo em torno de 10% das trabalhadoras para atender aos interesses das siderúrgicas e as fábricas de cerâmica vermelha.

Quando as empresas siderúrgicas estavam a pleno vapor de sua capacidade produtiva, o assédio junto aos donos de terras passou a ser constante em busca do coco babaçu inteiro para a produção do carvão vegetal, com isso o acesso das quebradeiras era dificultado nas áreas dos babaçuais que ficavam nas terras desses fazendeiros.

Hoje com a redução das atividades de siderurgia devido a paralisação da maioria das empresas por questões ambientais e trabalhistas, os fazendeiros passaram a dar menos importância a atividade de simples coleta, tanto que alguns deles pedem para retirar o coco babaçu, devido o grande crescimento dos babaçuais, aumentando as despesas com roçado e limpeza das áreas, mas devido o desmatamento e derrubada das palmeiras, as áreas de coleta foram ficando cada vez mais distantes e dispersas, causando grande dificuldade ao acesso das mulheres quebradeiras, pois essas atividades tem sido desenvolvidas por pessoas mais velhas, visto que as mais novas não tem demonstrado interesse por esse tipo de trabalho.

Alguns avanços tecnológicos têm surgido como, a aquisição de máquinas de quebrar o coco babaçu, adquirido pela cooperativa e que tem facilitado bastante a produção dessas quebradeiras. A criação de uma cooperativa tem trazido muitos benefícios para a atividade das quebradeiras, para isso precisa ser registrada e seguir os trâmites burocráticos, que envolvem a criação de um selo, requisitos técnicos da vigilância sanitária, meio ambiente e registro junto a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais que atua nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e

Tocantins, a qual tem a função de oferecer apoio técnico às quebradeiras associadas.

Algumas parcerias têm surgido, porém estão no campo político partidário, que tencionam apenas tirar proveito que visam simplesmente interesses próprios. A Sede Central da cooperativa encontra-se situada na cidade de São Luiz - Má, também com suas representações regionais nos Estados anteriormente citados, afirma Maria Edna Paiva.

Quanto ao preço das amêndoas para a comercialização no Estado do Pará é de R\$ 2,00 o Kg, enquanto que no Estado do Maranhão ainda gira em torno de R\$ 1,60 o Kg da amêndoa, sendo que nesse caso o governo faz uma reposição da diferença que é de R\$ 0,70 (setenta centavos) e o litro do azeite fora fixado em R\$ 7,00 o litro *in natura* vendido para a cooperativa, enquanto que a ela por sua vez revende pelo preço de R\$ 20,00 o litro, após a inserção dos custos de análises, selo e embalagem. A cooperativa regional fica estabelecida no município de São Domingos do Araguaia no mesmo espaço da sede do MIQCB, ao lado do Sindicato Rural daquele município (PAIVA, 2014).

Quanto às dificuldades encontradas pelas quebradeiras, a seu ver são inúmeras desde o acesso aos babaçuais até o transporte dos cocos para o local de beneficiamento, quanto a isso segundo a entrevistada, já foi tentado por diversas vezes falar com a prefeitura para que cedesse um caminhão para transportar o material colhido (coco) pelo menos uma vez por mês do local de colheita até o local (barracão) de quebra do coco.

Em virtude dessas dificuldades o fruto do babaçu fica a mercê das intempéries (chuva e sol), com o risco de apodrecimento de grande parte do material a espera de transporte, mesmo com diversas investidas na Câmara de Vereadores ainda assim, não foi conseguido nenhum tipo de ajuda nesse sentido. Isso tudo favorece a ocorrência de roubo de coco das quebradeiras, devido ficar por muito tempo acumulados em locais desprotegidos, enquanto que os coletores oportunistas que vendem para as empresas siderúrgicas ou para as cerâmicas vermelhas, aproveitando-se da disponibilidade de transporte oferecidos por essas empresas para arrecadar, todo coco que possam encontrar nos babaçuais.

Quanto ao acordo de quebra de meia, existe realmente esse tipo de oferta por parte de pessoas que vendem carvão para as siderúrgicas, a exemplo do Sr Manoel “Cabeça branca”, ocorre que essa prática degenera cada vez mais o trabalho das mulheres quebradeiras que geralmente já sofre certa discriminação na sua relação de trabalho, pois a atividade de quebradeira não é reconhecidamente aceita como uma profissão específica, visto que não tem encontrado apoio legal que possa ampará-las a respeito de uma aposentadoria por tempo de trabalho como quebradeiras, isso porque são reconhecidas apenas como trabalhadoras rurais no campo da agricultura familiar, devido na serem possuidoras de terras o que não lhe permite desenvolver um trabalho efetivo, afirma Maria Edna Paiva.

Historicamente, mulheres de todas as classes e idades foram e são discriminadas no mercado de trabalho, inicialmente porque eram consideradas inúteis ou mesmo frágeis para a maioria dos trabalhos, depois por terem o valor de sua mão de obra desvalorizada a tal ponto que sequer atendia suas necessidades básicas de uma vida digna, terminando por se esconder atrás dos maridos machistas que de uma forma ou de outra pretendiam excluí-las do seio laboral com escusas das mais variadas, como por exemplo a desculpa de que a mulher não precisa de dinheiro (FERREIRA, 2013).

A respeito de empresas que possam comprar seus produtos em grandes quantidades, dona Maria Edna em sua entrevista referiu-se sobre a existência de algum contrato na ordem de 250 litros de azeite, com a Cooperativa do Serrado que atua em uma feira livre em Brasília – DF, que por sua vez distribui esse azeite para os Estados de Pernambuco e Bahia, onde esse produto é muito escasso.

Com referência a “Lei do Babaçu Livre”, no Estado do Pará, somente o município de São domingos do Araguaia essa lei foi reconhecida legalmente, pois nos outros municípios paraenses onde os babaçuais são abundantes, os políticos locais evitam receber as quebradeiras em represália a inúmeras denúncias feitas sobre as derrubadas de palmeiras de coco babaçu em suas terras, pois grande parte dos políticos eram até então donos de grandes propriedades de terras em que esses babaçuais eram abundantes. Hoje a lei por si só não garante efetivamente o acesso das quebradeiras nas diversas áreas, mas sim por força de acordos informais concedidos pelos fazendeiros, mais em função de uma articulação política do MIQCB.

Com relação à categoria do trabalho das quebradeiras a entrevistada concorda ser uma atividade tipicamente de gênero, porém as mulheres mais jovens

não querem seguir o caminho das mães ligando-se a essa atividade extrativista rural, devido se sentirem atraídas por outras ofertas de trabalho existentes na zona urbana.

A tecnologia segundo dona Maria Edna é um elemento que tende a descaracterizar a atividade das quebradeiras, com oferta de máquinas que possam favorecer o trabalho, mas até o momento nenhuma tem superado o “machado e o velho porrete de madeira”, continuando até então ser um trabalho predominantemente artesanal.

Outra situação é a questão da presença de crianças no local de trabalho das quebradeiras, exista certa polêmica em torno disso, mas a questão não se caracteriza trabalho infantil e sim uma forma das mães quebradeiras terem seus filhos junto de si, aproveitando do seu próprio local de trabalho para repassar valores familiares e conhecimentos sobre a tradição do trabalho, evitando que fiquem nas ruas recebendo tipos de informações geralmente danosas a sua formação familiar e moral, que ainda são elementos tradicionais às famílias do meio rural, sendo inevitável o envolvimento das crianças com os instrumentos de trabalho em virtude de estarem no mesmo ambiente

Para Dona Maria Edna o MIQCB de cinco anos para cá tem se aproximado bastante das Mulheres Quebradeiras, sendo responsável por alguns tipos de orientações técnicas e cursos de formação sobre a atividade. O MIQCB tem estabelecido uma forte vinculação com as famílias das quebradeiras, tanto que periodicamente costuma fazer visitas com o fim de saber se alterou o número de integrantes, se ainda são as mesmas famílias que estão vivendo na mesma área, se ainda estão e como estão desenvolvendo a atividade de quebradeiras, quais as estruturas que as famílias dispõem, se existem postos de saúde e escolas nos locais, em caso de morte, principalmente de crianças, procuram saber sobre as causas e as providências adotadas, se houve negligência no atendimento, entre outras coisas.

Tanto que disse dona Edna “aqui na vila São Benedito a comunidade ficou até dois anos sem médico, e após uma denúncia com o apoio do MIQCB, a situação foi contornada tanto que em 30 dias estávamos novamente com o médico dando

assistência à comunidade. Isso foi um exemplo de uma grande ajuda do Movimento de Mulheres Quebradeiras para a nossa comunidade”.

O MIQCB acaba sendo um verdadeiro braço político de luta para as mulheres quebradeiras, é uma escola, um apoio e uma defesa contra o atravessador. Segundo alguns autores afirmam que no campo dos cosméticos o trabalho das quebradeiras talvez tivesse uma lucratividade maior, mas em contrapartida disso a senhora Maria Edna também afirma que entre as quebradeiras e as empresas de cosméticos, existe a figura do atravessador que acaba por diluir o lucro dessas trabalhadoras rurais, desvalorizando assim, o seu trabalho.

Segundo Dona Edna, em um contato estabelecido com a empresa Natura, foi pedido para colocar a marca das quebradeiras nos produtos, fato que fora negado terminantemente, surgindo então o atravessador usando de certa habilidade comercial para negociar diretamente com as empresas de cosméticos, com isso tirando grande proveito financeiro com a venda dos subprodutos.

3.1.2 Vila São José

Outra entrevistada foi a Sra. Zilda Rosa da Conceição Silva, residente na Vila São José, município de São Domingos do Araguaia, a qual disse que apesar de ter enfrentado o trabalho árduo que é a quebra de coco no período de difícil acesso aos babaçuais, hoje o trabalho em relação a oferta de matéria prima (coco babaçu) melhorou, visto que os próprios fazendeiros oferecem o coco existentes em suas terras, diferentemente quando as empresas siderúrgicas procuravam os fazendeiros para arrendar suas terras onde existiam grandes quantidades de coco babaçu para ser coletado, criando-se então certas dificuldades para as quebradeiras adentrarem em certas áreas, a não ser que fossem coletar para eles.

Hoje com a desativação da maioria das empresas, a coisa mudou de figura, porém o que mais dificulta o trabalho das quebradeiras é a distância onde ficam o material a ser coletado, devido a devastação das palmeiras pelos donos de terras, sendo que algumas ainda fazem carvão vegetal do fruto do babaçu inteiro.

Figura 6 – Fotografia de Zilda Silva com instrumento de trabalho (pilão).



Fonte: Trabalho de Campo na Vila São José (São Domingos do Araguaia), 2014.

Nesta imagem Dona Zilda apresenta alguns instrumentos de trabalho com característica artesanal que ainda utiliza no trabalho de produção de azeite e massa de mesocarpo, produtos os quais comercializa diretamente na própria comunidade.

Dona Zilda não é membro da cooperativa, por isso ainda comercializa seus produtos por conta própria, mandando para as casas dos seus filhos residentes em Marabá – PA e também vendendo nas feiras livres.

Diz também a Sra. Zilda:

“O azeite produzido por mim já foi mandado até par o Suriname atendendo uma encomenda feita por uma amiga que costuma viajar para lá. Já foi também para Brasília – DF, através da Sra. Cledeneuza do MIQCB, produtos como azeite, massa do mesocarpo, sabão, sabonete entre outros, a minha produção de azeite gira numa média de 50 litros ao mês, com o emprego apenas de cinco quebradeiras” (ZILDA SILVA, 2014).

O MIQCB como instituição que agrega as quebradeiras de coco, oferecendo apoio a esse seguimento social através de cursos e orientações técnicas, como o incentivo ao uso das máquinas que tem a função de facilitar o trabalho das mulheres, mesmo porque a maioria das quebradeiras são pessoas de idade avançada. Enquanto isso existe uma preocupação com as quebradeiras do futuro, por sua parte costuma orientar as jovens para que acompanhem o trabalho e se identificar com essa atividade cultural e não deixe morrer a tradição. Mas tudo indica

que a maioria das mulheres jovens daquela Vila não considera a ideia de levar a frente o projeto de suas mães.

Como em outros lugares uma das grandes dificuldades enfrentadas pelas quebradeiras na Vila São José ainda é o transporte do coco das fazendas para os barracões onde são beneficiados, diante dessas dificuldades têm-se que aceitar o preço do frete que é muito alto para as condições das quebradeiras, chegando a pagar Cr\$ 3,00 para cada saco de coco, para aumentar a produção, paga-se Cr\$ 1,00 por litro de amêndoas para as quebradeiras, mas segundo Dona Zilda apesar das dificuldades o trabalho não pode parar, pois é através desse trabalho que fazem o complemento da renda familiar. Os subprodutos são poucos em virtude da falta de maquinários que poderiam acelerar a produção que no momento se resumem apenas no azeite e a massa do mesocarpo, mas tudo em pequena quantidade, pois existe uma máquina de triturar o coco, vinda de São Paulo – SP, mas só tem acesso quem é filiado a Associação.

Quanto às dificuldades de acesso às áreas dos babaçuais, hoje a situação está bem mais calma, visto que não tem ocorrido nada digno de registro, mas há até pouco tempo atrás Dona Zilda chegou a ser retirada diversas vezes das áreas por fazendeiros incomprensivos, mas segundo ela sempre foi uma mulher teimosa e como precisava do material para trabalhar, entrava de alguma forma, pois precisava ganhar algum dinheiro para ajudar no sustento de sua família.

3.2 MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

O trabalho de pesquisa se estendeu até o município de São João do Araguaia, considerado também região ligada ao município de Marabá. É a segunda mais antiga Cidade do sudeste paraense, superada apenas pela cidade de Tucuruí. Possui uma população estimada até o ano de 2012, em 13.293 habitantes, com uma área de 1.301, 739 Km² (IBGE, 2012). Nesse município visitamos duas áreas de ocorrência, tais como:

3.2.1 Projeto de Assentamento 21 de Abril

No P.A (Projeto de Assentamento) – 21 de Abril, onde encontramos a Sra. Maria do Carmo Cardoso Santos a qual afirma que o trabalho de quebrar coco não está muito movimentado porque o grupo das quebradeiras encontrar-se reduzido a apenas oito mulheres e a maioria naquele período encontra-se parada por falta de material para trabalhar, estando em atividade a entrevistada e a Sra. Luzia, que na ocasião encontrava-se viajando representando a Coordenação do MIQCB regional do Pará, em um congresso no Estado do Maranhão.

Figura 7 – imagem de um barracão com material a ser beneficiado.



Fonte: Trabalho de Campo no P.A - 21 de Abril (São João do Araguaia), 2014.

Esta imagem mostra claramente as condições em que essas mulheres acondicionam o material que usam para trabalhar, sem nenhuma condição de higiene, com alguns frutos já aparentemente apodrecidos e em contato direto com o chão. Essa situação muitas vezes ocorre devido esse material já ter chegado nessas condições, devido o tempo em que ficou na área de colheita à espera de transporte. É nessa situação que deve entrar a figura do MIQCB e da Cooperativa com toda a orientação técnica de produção.

Há exemplo das outras localidades visitadas os produtos comercializados naquele P.A são somente o azeite e a massa do mesocarpo, produzidos pelas mulheres quebradeiras, os quais caracterizam esta atividade típica dessa zona rural também presentes nos Estados do Maranhão, Piauí e Tocantins, por ser uma atividade que se desenvolve geralmente em áreas em que as pessoas são desprovidas da atenção do Estado, através de políticas públicas e outros atendimentos que possam garantir uma melhor qualidade de vida a essas pessoas situadas na zona rural. Assim como em outros lugares de ocorrência de babaçuais a participação masculina sempre foi muito pouca, há não ser na parte que exija maior força física, como no transporte do coco das matas até os barracões, visto que suas principais ocupações são na pecuária, na agricultura e na pesca.

No período áureo das empresas siderúrgicas, produtoras do ferro gusa, no município de Marabá, algumas quebradeiras do PA 21 de Abril chagaram a trabalhar como coletoras de coco em terras arrendadas para servir as empresas, todavia o que o coco que era coletado para as siderúrgicas, era o fruto não aproveitado para a produção de azeite.

Mesmo com a atuação maciça das siderúrgicas sobre a produção do trabalho das quebradeiras, as mesmas não se sentiam presas, pois era um trabalho voluntário, tanto que deixaram de coletar para essas empresas por pagarem um preço muito baixo. Enquanto que o trabalho das quebradeiras na elaboração dos subprodutos como o azeite e a massa do mesocarpo, lhes renderia muito mais, garantindo uma melhor ajuda na renda familiar.

Com relação aos conflitos havidos no passado com os donos de terras, atualmente a situação mudou a configuração, visto que os fazendeiros hoje fazem questão de oferecer o coco babaçu de graça para serem recolhidos pelas quebradeiras.

Sabe-se que grande parte das quebradeiras, desenvolvem múltiplas atividades, entre elas, o trabalho de casa e o cuidado com os filhos, sendo a educação destes, uma grande preocupação delas. Por isso quando estão fora do horário escolar, geralmente são levados para os barracões onde é beneficiado o coco babaçu, fato esse que às vezes têm gerado algum mal entendido a respeito da ocorrência do trabalho infantil, situação que segundo elas é totalmente deturpada,

visto que as crianças são levadas para junto de suas mães para não ficarem sozinhas sujeitas a possíveis assédios de pessoas adultas mal intencionadas.

Com o passar do tempo, as mulheres quebradeiras dessa região conseguiram superar muitas dificuldades, principalmente após o surgimento do Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), que tem tido um papel fundamental na vida dessas trabalhadoras rurais, em termos de orientação e apoio técnico, enquanto que a Cooperativa faz o recebimento da produção por um valor mais justo, comprando diretamente das produtoras e posteriormente repassando ao mercado, após o trabalho de inspeção laboratorial, selagem e embalagem. No campo das dificuldades, o grande embaraço ainda é o transporte que se tornou muito difícil, tendo as quebradeiras às vezes se valido do uso do jumento como meio de transporte, que é usado para buscar o coco coletado nas fazendas e levados até o barracão para serem quebrados e transformados em subprodutos variados. No PA 21 de Abril toda a produção é entregue diretamente na Cooperativa em São domingos do Araguaia, não existindo assim, a figura do atravessador, enquanto que o carvão da casca do coco é feito em pequenas quantidades para o uso doméstico. Assim como a faixa de produção do azeite também é baixa, numa média de 20 a 30 litros por semana, os quais são entregues na Cooperativa. A massa do mesocarpo também é feita em pequenas quantidades, sendo usada na fabricação de mingau, bolo, fubá e para uso medicinal no combate a problemas estomacais, como úlcera e gastrite conforme (MAY, 2000).

3.2.2 Vila Ponta de Pedra do Araguaia

Também no município de São João do Araguaia, fomos a Vila de Ponta de Pedras do Araguaia, onde conversamos com a Sra. Vanderlea Campos da Costa, a qual nos afirma que o trabalho das quebradeiras naquela Vila anda fraco, pela dificuldade de acesso devido às grandes distâncias onde existem os babaçuais fornecedores de matéria prima para o trabalho das quebradeiras, somado a falta de transportes para retirada dos cocos coletados nas diversas fazendas.

Na época das eleições o Prefeito de São João do Araguaia, prometeu ajudar as quebradeiras com o fornecimento de um transporte para escoamento dos frutos de babaçu das fazendas até os locais de beneficiamento, mas até hoje o mesmo nunca pode falar com as quebradeiras.

As quebradeiras da Vila de Ponta de Pedras que são em torno de 10 (dez) mulheres, têm suas produções somente em termos de amêndoas sem o devido beneficiamento que poderia lhes render um ganho financeiro maior, sendo passados diretamente para a Cooperativa de São Domingos do Araguaia para a produção de azeite.

Atualmente a comunidade não dispõe de barracão para fazer o devido beneficiamento, e a maioria dos fazendeiros da região costumam vender os cocos inteiro para a produção de carvão vegetal ao custo de Cr\$ 2,50 o saco. Com exceção do Sr. Otacílio que costuma dar os cocos, mas o problema ocorre na não disponibilidade de transporte para retirar o material, principalmente na época do inverno quando o trabalho torna-se muito mais difícil ainda.

Figura 8 – Vanderlea Costa e esposo.



Fonte: Trabalho de Campo na Vila Ponta de Pedra do Araguaia (São João do Araguaia), 2014.

Esta imagem mostra a Sr.^a. Vanderlea em sua residência acompanhada de seu esposo após um dia de trabalho. São pessoas de baixa condição financeira e o trabalho com o coco babaçu tem lhes ajudado bastante, mesmo com a questão da baixa produção por falta de apoio técnico.

Para Vanderlea Silva o MIQCB está em débito para com aquela comunidade, visto que as mulheres quebradeiras daquela Vila se ressentem pela falta de assistência por parte daquela instituição, referente a apoio estrutural e orientação técnica para que possam produzir os subprodutos e obter uma renda melhor, pois as máquinas utilizadas para a retirada do azeite só existe na Cooperativa de São Domingos do Araguaia, até porque o presidente da Associação de Moradores da Vila de Ponta de Pedra do Araguaia, Sr. Oscar, deixou que o projeto das quebradeiras caísse em decadência, tanto que a produção na época girava em torno de 790 litros ao mês.

3.3 MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA

Esse município, também localizado na região sudeste do Estado do Pará, município com uma população estimada no censo do ano de 2012, em 7.295 habitantes e com uma área de 1.162,399 Km², tendo visitado especificamente às áreas de exploração agroextrativista voltada para as mulheres quebradeiras de coco babaçu que é o nosso foco de pesquisa.

3.3.1 Vila Santa Rita

Nossa primeira visita deu-se na vila Santa Rita, onde primeiramente contactamos com a Sra. Maria da Silva Lima, conhecida por “Santana”, a qual falou das dificuldades enfrentadas pelas mulheres quebradeiras de coco babaçu, devido os babaçuais terem ficado muito longe, principalmente após a tomada das terras pelos fazendeiros e invasores, que passaram a derrubar as palmeiras para plantação de pastos para o gado e com a falta de apoio de transporte a situação fica mais difícil, tendo na maioria das vezes que pagar o carreto do fruto do coco ao preço de R\$ 2,00 por saco, tudo porque a prefeitura de onde esperavam um apoio nesse sentido não tem colaborado.

Enquanto isso, a Cooperativa das quebradeiras de coco com sede em São Domingos do Araguaia, de onde esperavam um maior apoio, também não tem ajudado muito, o que se tem de ajuda foi só o fornecimento de uma forrageira, mas que há muito tempo encontra-se danificada. Segundo Maria Lima, as quebradeiras não contam com o apoio devido por parte do MIQCB/Regional, com relação à

orientação técnica, cursos ou material didático como, cartilhas e informativos a respeito da atividade, muito menos relacionamento comercial com a Cooperativa, por isso vende o azeite produzido na própria comunidade pelo valor de R\$ 10,00 o litro. Diz ainda Maria Lima que nessa na Vila Santa Rita, o programa Bolsa Família do Governo Federal tem desvanecido grande parte das mulheres quebradeiras de coco pertencentes ao movimento, que resolveram parar de quebrar coco, principalmente no período das chuvas, quando o acesso às áreas dos babaquais, ficam cada vez mais difíceis e o peso do coco molhado fica maior. Atualmente o coco quebrado é apenas para o consumo doméstico, produzindo azeite, massa do mesocarpo e o carvão vegetal. Conforme Maria Lima, as mulheres mais novas não demonstram interesse pelo trabalho das mulheres quebradeiras de coco mais velhas, fato também observado em outras localidades conforme, Zilda Silva – Vila São José, Jucilene Sousa – Vila Itamerim, Cleude Alves – Vila São Raimundo e Maria Romana – Palestina do Pará.

A presença de crianças nas áreas de trabalho das mulheres quebradeiras, também é uma constante visto que, segundo a própria Maria Lima:

É uma situação cultural, pois no período em que os nossos filhos não estão na escola, são levadas para o barracão para não ficarem na rua e para iniciarem o aprendizado com relação as práticas tradicionais da família, pois além do ofício de quebradeiras, tem as músicas, as danças, a culinária e o modo artesanal da fabricação dos subprodutos, como carvão vegetal, sabão, azeite, adubo para canteiros de plantas e a própria construção das casas com troncos para estrutura e as palhas para a cobertura (LIMA, 2015).

Ainda na Vila Santa Rita, também visitamos a Sra. Ana Ilza dos Santos, que segundo suas afirmações o produto do trabalho das mulheres quebradeiras de coco babaçu na região só tem valor nas comunidades mais desenvolvidas, onde podem alcançar uma maior lucratividade, mas para as famílias que fazem o trabalho inicial desde a quebra até a produção do azeite, o retorno é muito pouco, atualmente nessa vila a produção também é mínima, servindo apenas para o consumo doméstico e alguma venda local, dentro da produção local, ainda está o azeite da amêndoa, o carvão da casca do babaçu, a massa do mesocarpo e o sabão da borra do óleo. A venda da garrafa do azeite custa hoje na comunidade R\$ 20,00, porém a Cooperativa das mulheres quebradeiras, compra por um valor menor, situação que faz parte de um contrato mantido entre àquela entidade e as quebradeiras da

localidade, isto porque a Cooperativa precisa preparar o produto para divulgação e revenda em outros centros, para isso são adicionados uma embalagem própria, o controle de qualidade, vistoria da vigilância sanitária e rótulo com a marca e a origem do produto. Dona Cledeneuza, coordenadora regional do MIQCB, costuma fazer visitas periódicas na comunidade, ministrando palestras de orientação técnica, distribuindo material como: cartilhas, panfletos contendo informações atualizadas sobre o movimento das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Figura 9 – Fotografia de Maria Lima (Santana) com filha e netos.



Fonte: Trabalho de Campo na Vila Santa Rita (Brejo Grande do Araguaia), 2015.

As mulheres mais antigas eram mais dedicadas ao trabalho agroextrativista, enquanto que as mais novas, hoje mais instruídas, não querem mais saber desse tipo de trabalho mais rústico. Porém existe a perspectiva da elevação das categorias dos produtos, os quais devem exigir maior conhecimento de novas tecnologias como a produção do sabão em barra, sabonete aromatizado e o sabão em pó, tudo fruto

do coco babaçu. Todavia o maquinário que existia na comunidade era apenas uma máquina trituradeira, que ajudava bastante a quebrar o coco, facilitando a produção.

Essa comunidade tem pela frente ainda algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres quebradeiras. Apesar disso, nessa região não houve necessidade de enfrentamento com donos de terras, mesmo porque hoje a maioria permite a coleta dos frutos do babaçu em suas áreas, sendo que a maior dificuldade foi a partir do corte das palmeiras pelos fazendeiros com o fim de fazer pastos para criação de gado, deixando os babaçuais cada vez mais distantes e dispersos, dificultando cada vez mais o trabalho de transporte dos frutos coletados.

Atualmente o ganho provindo do trabalho das quebradeiras de coco, serve apenas para amenizar pequenas despesas, principalmente de cunho pessoal das mulheres e filhos como, calçados, roupas entre outras coisas.

3.3.2 Vila Itamerim

Naquela localidade a pessoa visitada foi a Sra. Jucilene Rodrigues de Souza, conhecida por “Branca” afirmando que atualmente o trabalho das mulheres quebradeiras de coco na comunidade conta com apenas 06 (seis) mulheres quebradeiras, mas que somente 04 (quatro) estão trabalhando, pois uma está idosa e a outra esta enferma.

No período chuvoso a produção fica bastante prejudicada, tendendo a melhorar no verão, quando o processo de produção em termos de quantidade tende a melhorar, quando uma lata de 20 litros com amêndoas, pode produzir até cinco litros de azeite.

Quanto ao incentivo para o trabalho, a Associação de quebradeiras da localidade, tem recebido constantemente a visita de representantes do MIQCB, levando incentivo ao grupo através de palestras de orientações e distribuição de material técnico teórico. Quanto a Cooperativa das mulheres quebradeiras, também vinculada ao MIQCB, compram a maior parte da produção referente a azeite e massa de mesocarpo por um preço menor.

Em vista disso apoia mandando maquinários tipo trituradeiras e forrageiras os quais ajudam significativamente na fabricação dos subprodutos oriundos do coco

babaçu. Corroborando com a opinião de outras mulheres entrevistadas, Jucilene também é de opinião que as mulheres mais jovens de sua comunidade também não costumam acompanhar as mulheres mais velhas. Todavia o Governo Federal através do MIQCB tem um projeto denominado “Pindova”, que visa estimular os jovens à participarem do movimento, mesmo que de maneira diferenciada, com o trabalho de implantação de hortas, visando aproximar os jovens ao trabalho do campo.

Quanto ao acesso aos babaçuais nunca tiveram que enfrentar uma situação de resistência violenta por parte dos donos de terras, pois costumam pagar pelos frutos retirados, visto que o interesse maior dos proprietários é a venda para as empresas siderúrgicas e carvoarias de Marabá.

A entrevistada também é partidária do entendimento de que o programa Bolsa Família do Governo Federal, de alguma forma trouxe desmotivação às mulheres quebradeiras, a exemplo das mulheres quebradeiras do município de Palestina do Pará que tinha um grupo grande e hoje praticamente não existe. Mas a luta do MIQCB é ver o movimento crescer e inclusive com a participação dos jovens.

Figura 10 – Jucilene Souza (Branca) e esposo.



Fonte: Trabalho de Campo na Vila Itamerim (Brejo Grande do Araguaia), 2015.

Para Jucilene a presença de crianças no âmbito dos barracões, situação às vezes questionada e relacionada com a exploração do trabalho infantil por parte de

algumas pessoas. Segundo ela, essa questão trata-se de uma postura preventiva, cultural e de caráter socializador, visto que os filhos enquanto na presença dos pais ou pelo menos da mãe, estão isentos dos assédios de estranhos, assim como inseridos no processo de aprendizagem da cultura do babaçu, com seus encantos, cantos e contos, com a dança e com a culinária típica. Além de que geralmente não contam com a presença de seus maridos nesse tipo de trabalho pelo fato de preferirem trabalhos mais ligados a agricultura, a pesca ou a pecuária.

No período das chuvas, o trabalho das quebradeiras tendem a diminuir sua produção por diversos fatores como, a diminuição de mão de obra, a dificuldade de aquisição de matéria-prima, pela distancia e pela dificuldade de transporte, conforme afirma dona Filomena Cruz, conhecida por “Ciló” também da Vila Itamerim.

Que nesse período das chuvas intensas o trabalho das quebradeiras de coco enfraquece, pois diminuíram muito o número de mulheres quebradeiras, tanto que hoje a comunidade conta com apenas quatro mulheres quebradeiras. Mas a maior dificuldade é adquirir o coco, que na maioria das vezes é vendido pelos donos das terras no valor de R\$ 2,00 o saco, sendo que a outra dificuldade é o transporte desse material colhido nos babaçuais e levados até o local de beneficiamento, os barracões, localizados nas vilas, isso tudo tem causado bastante prejuízo para as quebradeiras, visto que, quanto mais tempo esse material passa exposto às intempéries (sol e chuva) ocorre o apodrecimento dos frutos. Enquanto isso já foi pedido ao apoio da prefeitura local no sentido de fazer esse transporte, e quando ocorre o atendimento é bastante demorado, também concorrendo para a perda do material (CRUZ, 2015).

No verão o trabalho tende a melhorar é quando se produz com mais intensidade os subprodutos tais como, o azeite e a massa do mesocarpo, sendo esse um produto que “Cilo” não gosta de tirar.

Alguns Programas e Projetos de parte do Governo Federal, têm sido demandados para aquela Vila através do MIQCB, a fim de motivar os jovens locais a se envolverem cada vez mais com as atividades do campo, visto que não é interesse da Comunidade que ocorra um êxodo dos seus jovens para a Zona Urbana. O MIQCB levou para aquela comunidade o Projeto Pindova do Governo Federal, que é a iniciação dos jovens no trabalho com hortas, visando motivá-los para os propósitos da Entidade.

Tanto que em pesquisa feita através do site: www.miqcb.gov, verificou-se que o Governo Federal lançou o Edital/2014, com apoio da *Ford Foundation*, em reunião ocorrida nos dias 10 e 11 de setembro de 2014. O Comitê Gestor da Fundação

Babaçu, nesse mesmo Edital/2014 aprovou apoio a 14 organizações de base comunitária, no valor total de R\$ 132.274,00 como apoio a “Projetos Pindova” (pequenos projetos) entre R\$ 5.000,00 e R\$ 15.000,00, sendo que entre eles, estão as entidades paraenses: Associação dos Mines e Pequenos Produtores Rurais do Projeto de Assentamento Bom Jesus – AMPPRPABJ – Assentamento Bom Jesus, município de Brejo Grande do Araguaia, com R\$ 9.480,00 e a Associação Camponesa Água Fria – ACAFM – Assentamento Água Fria, município de São Domingos do Araguaia, com R\$ 9.780,00. Esse tipo de conquista faz parte da pauta de reivindicações do MIQCB, junto ao Governo Federal com o objetivo de manter vivo, os ideais de luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu. Mas que precisa ser expandido para todas as comunidades, para isso se faz necessário que as comunidades através das Associações faça a provocação através de envio de projetos.

Na Vila Itamerim a comercialização da produção na maior parte ocorre para a Cooperativa das mulheres quebradeiras pelo valor de R\$ 7,00 e na comunidade no valor de R\$ 12,00 o litro. A venda por um valor mais baixo para a Cooperativa é por razões já discutidas anteriormente. Com relação ao movimento, dona Filomena afirma que chegou a participar de diversos encontros de mulheres quebradeiras em Belém e no Maranhão.

3.3.3 Vila São Raimundo

Nessa Vila pertencente ao município de Brejo Grande do Araguaia, nos comunicamos com a Sra. Maria Cleude de Souza Alves, na ocasião coordenadora de grupo de mulheres quebradeiras de coco babaçu, vinculada ao movimento a cerca de quatro anos e durante esse período não pode contar com o devido apoio do MIQCB, tanto que a última vez que passou na comunidade foi ano passado, que em virtude disso as mulheres daquela Vila não querem mais quebrar coco.

O grupo de mulheres dessa comunidade chegou a ser composto por 18 mulheres quebradeiras, trabalhando de forma artesanal, pois a forrageira que receberam do MIQCB não pode atender ao grupo, em virtude da corrente elétrica que serve a comunidade ser inviável (oscilante), não podendo sustentar a corrente exigida pela máquina mesmo sendo de 110 W. Esse fato foi um dos motivos que contribuíram para a desmotivação das mulheres para trabalhar.

Outro fator de influência foi que o barracão feito para as mulheres quebrarem seus cocos, fora construído em uma área de plano baixo, sofrendo alagamentos no período do inverno, tanto que tiveram que trocá-lo por um lote em um terreno mais alto, mas que até o momento não tiveram condições de construir nada, por tudo isso, está parado o trabalho de quebra de coco babaçu, naquela comunidade.

Figura11 – Maria Cleude Alves em sua residência (moradia típica).



Fonte: Trabalho de Campo na Vila São Raimundo (Brejo Grande do Araguaia), 2015.

No período em que estavam trabalhando a produção girava em torno do azeite e do carvão da casca do babaçu, sendo que a massa do mesocarpo e o sabão, as quebradeiras ainda precisam de instrução para operar a produção. Durante o auge do movimento a produção de azeite era em torno de 20 a 30 litros por semana, afirma Maria Cleude.

Com relação a conflitos em virtude da busca do coco nas áreas dos babaçuais, não tiveram que enfrentar nada, mesmo porque eram sabedores que os donos das terras não davam os frutos do babaçu, ao contrário vendiam, isso somado a questão do transporte para retirada do material para a quebra, tudo isso foram tirando as forças das mulheres do movimento nesta Vila.

O andamento do movimento na comunidade tende a fracassar, visto que as jovens da localidade não possuem nenhuma perspectiva pelo trabalho das quebradeiras de coco. Além de que não existe nenhum projeto voltado para essas

jovens no sentido de aproximá-las do movimento. Quanto ao MIQCB, sua presença é muito pouca na comunidade e quando aparece um representante, na maioria das vezes é somente para cobrar resultados daquilo que não deram em forma de apoio às mulheres quebradeiras de coco.

Em forma de recado para as mulheres mais jovens, Maria Cleude deixa a orientação para que possam se juntar às mulheres mais velhas a fim de fortalecerem o movimento. Por outro lado a comunidade se recente de apoio por parte da prefeitura do Brejo Grande do Araguaia, no sentido de ajudar no transporte dos frutos coletados nas áreas e serem trazidos para os barracões das Vilas. Mesmo assim o pouco que ainda produzem em termos de azeite é vendido na comunidade ao preço de R\$ 15,00 o litro, como forma de ajudar nas despesas familiares.

Ainda na Vila São Raimundo, em virtude da dona Terezinha, outra quebradeira de coco da comunidade, encontrar-se ausente para tratamento de saúde, resolvemos entrevistar o Sr. Juvêncio Pereira Mota, esposo de dona Terezinha, o qual no primeiro contato foi logo dizendo de forma espontânea: “do coco sei fazer tudo, sei torrar, tirar azeite, fazer sabão, carvão da casca do coco, do tronco tirar estrumo para canteiros, da palha cobertura de barraco”.

Porém afirma a exemplo de Maria Cleude, que no momento não existe nada em termos de trabalho com o coco babaçu naquela Vila, pois não contam com nenhuma ajuda, nem do MIQCB, muito menos da Prefeitura local. Quanto ao MIQCB, o apoio foi só no início, quando costumava fazer visitas com orientações técnicas.

Hoje não se pode contar com nenhuma quebradeira de coco ligada ao movimento, muito menos à Cooperativa das quebradeiras, tanto que o trabalho produzido é só pra o uso doméstico ou para pequena venda na própria Vila. Tanto que o entrevistado produz o carvão e vende à R\$ 20.00 o saco.

Quanto a dificuldade para apanhar o coco nas áreas de coleta é muito grande, mesmo porque como já foi dito a prefeitura não dá nenhuma ajuda em termos de transporte, apoio esse prometido em campanha política.

A extração do azeite ainda é feita de forma artesanal, ou seja, no pilão, mesmo porque as tralhas necessárias para o processo de torrefação das amêndoas têm que serem compradas pelas próprias quebradeiras.

Figura 12 – Sr. Juvêncio Mota, esposo de dona Terezinha (Quebradeira de Coco).



Fonte: Trabalho de Campo na Vila São Raimundo – Brejo Grande do Araguaia, 2015.

Para Juvêncio Mota, o futuro das quebradeiras é incerto, pois cada um “puxa a corda para o seu lado”. A juventude que poderia dar maior sustentação ao movimento, não tem nenhum interesse pelo trabalho das mulheres quebradeiras de coco babaçu.

3.4 MUNICÍPIO DE PALESTINA DO PARÁ

Este município paraense, localizado na região sudeste do Estado, com uma população baseada no censo do ano de 2012 de 7.465 habitantes e com uma área

estimada segundo o IBGE de 988.259 Km², onde a floresta dos babaçuais fora muito intensa até as décadas de 70 e 80 do século passado.

Nesse município também estivemos com a Sra. Maria Romana Pereira do Nascimento, uma das mais antigas quebradeiras de coco babaçu, com 75 anos de idade, a qual conta que atualmente a atividade das quebradeiras de coco babaçu naquele município está parada por falta de interesse das mulheres mais novas. No início do movimento existiam cerca de 50 mulheres quebradeiras, ocasião em que chegou a ser coordenadora regional de grupos. Que chegou a participar de diversos encontros de mulheres quebradeiras em Belém, no maranhão e em outras localidades.

Figura 13 – Maria Romana, Quebradeira aposentada.



Fonte: Trabalho de Campo no município de Palestina do Pará, 2015.

Disse dona Romana como é conhecida, que no auge do movimento o município de Palestina chegou a ser a maior concentração de babaçuais do Estado do Pará, quando a produção de azeite e massa de mesocarpo era alta, disse ainda

que, hoje o encontro do coco babaçu não é difícil na região, o difícil mesmo é encontrar mulheres que queiram quebrar coco.

Segundo a entrevistada, quando tem oportunidade de falar em reuniões de mulheres quebradeiras, costuma orientar as mulheres mais jovens, dizendo que “trabalhar é honra e o trabalho rural é um trabalho digno”, diz mais ainda que grande parte das mulheres envolvidas no movimento sente vergonha de dizer que são quebradeiras de coco babaçu. Sabe-se que atualmente que esse trabalho é reconhecido nacionalmente, tanto que ainda hoje é convidada para reuniões e encontros de mulheres quebradeiras de coco babaçu, mas que tem dispensado os convites, devido sua idade e a falta de disposição para tanto esforço.

Figura 14 – Maria Hernestina e esposo, Quebradeira aposentada.



Fonte: Trabalho de Campo no município de Palestina do Pará, 2015.

Ainda no município de Palestina do Pará, podemos também entrevistar a Sra. Maria Hernestina de Sousa, ex – coordenadora regional de grupos de mulheres quebradeiras de coco babaçu, desde 1992. Segundo ela o movimento era para ter se expandido na região se tivessem tido a ajuda das mulheres mais novas.

A Sr.^a Hernestina lembra que entrou para o movimento naquele município por volta dos anos 90, desde então começou a participar de reuniões em Belém e no

Maranhão, daí para frente o trabalho não foi seguido pelas mulheres mais jovens, para a manutenção do movimento. Que devido sua condição financeira não teve a oportunidade de estudar, tendo começado a quebrar coco com a idade de sete anos, pois perdeu os pais muito cedo e foi criada por uma avó.

Que acompanhou o passar dos tempos, vendo os babaçuais ficarem mais escassos, visto que os fazendeiros começaram a derrubar as palmeiras para a plantação de pastos para criação de gados. Era o começo da transformação geográfica e cultural da região.

Quanto a maquinários que pudessem facilitar o aumento da produção foi dado pelo MIQCB numa primeira etapa, um moinho e depois já numa segunda etapa, uma forrageira, que facilitavam o trabalho das mulheres quebradeiras de coco. Mas o coco foi ficando mais difícil de juntar e o que restou foi uma casa construída de alvenaria que serve apenas para reuniões esporádicas.

Maria Hernestina diz ainda que chegou no município de Palestina vinda do Maranhão, no ano de 1979, lugar que na época tinha bastante babaçu, porém com a chegada dos fazendeiros e invasores de terras, foram devastadas as palmeiras de babaçu para a criação de gado bovino.

Hoje a maioria das mulheres quebradeiras de coco, ficaram velhas e as novas não demonstram aptidão para esse trabalho agroextrativista, ainda porque essas mulheres tem vergonha de se apresentarem como quebradeiras de coco babaçu. Segundo dona Hernestina, no início da sua participação no MIQCB, passou cerca de 15 anos na coordenação do movimento, quando na época contavam com cerca de 50 mulheres quebradeiras de coco babaçu.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO SOBRE OS FATOS PESQUISADOS

O trabalho das Quebradeiras de Coco Babaçu é uma atividade considerada tradicional na região amazônica, principalmente nos Estados do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, onde proliferam as florestas nativas de coco babaçu, cujo fruto é a principal fonte de renda das famílias de menor poder aquisitivo residentes na zona rural desses Estados, de onde extraem diversos subprodutos que geram o sustento de mais de 400 mil famílias durante as entressafras do arroz, milho e outras culturas agrícolas (REPÓRTER BRASIL, 2006).

No Estado do Pará, tivemos nos anos 90, o Grupo de mulheres quebradeiras de coco babaçu do município de Palestina (PA), criado em junho de 1991, que congregava cerca de 60 trabalhadoras extrativistas, conforme afirmações de ALMEIDA (1995), no seu trabalho intitulado: Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização. O extrativismo do babaçu faz parte do calendário agrícola de milhares de famílias de pequenos produtores rurais na sua área de ocorrência nos Estados do Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins, sejam ou não proprietários de terras.

A coleta do coco babaçu é feita principalmente em áreas de terceiros, ou seja, nas propriedades onde se desenvolvem a pecuária bovina. Por regra, o processo de coleta e extração do coco babaçu é realizado por mulheres. As modalidades de acesso aos babaçuais variam de região para região, às vezes podendo existir dentro da mesma localidade, proprietários que permitem o acesso nos palmeirais, enquanto outros que condicionam o acesso mediante a algum tipo de pagamento, e ainda aqueles que restringem totalmente a coleta.

Segundo o professor Shiraishi Neto do ponto de vista do Direito, esses grupos com novas demandas que precisam ser contemplados pela política de governo, são grupos que possuem uma particularidade muito intensa, com saberes, tradições, forma própria de utilização do território, com práticas específicas, ou seja, com formas muito particulares de atuações.

E o Direito não consegue captar ou observar essas particularidades, pois o direito no Brasil ainda trata as questões sociais de uma forma ainda muito universalizante e o grande desafio dos operadores do Direito é poder pensar como operar o Direito desses grupos de forma particular, pois o Direito tende a encaixar esses grupos em grandes categorias, como

agricultores, lavradores, campesinos, enquanto que seria necessário pensar, por exemplo, que um **quilombo** é totalmente diferente do outro, que é organizado de forma diferente, de acordo com a sua inter-relação. Por isso segundo o pesquisador, está na hora dos agentes do Direito repensarem a aplicação do Direito, de acordo com as práticas, os costumes e as relações sociais (SHIRAISHI NETO, 1997).

A exploração primária do coco babaçu, dá origem em primeira instância a dois subprodutos, as amêndoas e as cascas, as primeiras são destinadas, principalmente, às indústrias de azeite, saponificação e cosméticos, enquanto que a casca é utilizada para produção de carvão para uso doméstico. Ao longo de décadas, a extração de amêndoas do babaçu vinha se mantendo como uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelas camadas menos favorecidas economicamente da população rural dos Estados de ocorrência do babaçu, supracitados.

Conforme algumas pessoas entrevistadas na região sudeste do Pará, como as Senhoras Cledeneuza Oliveira do MIQCB/PÁ, Jucilene Souza da Vila Itamerim e Maria Lima da Vila Santa Rita, hoje com os programas sociais implementados pelo Governo Federal como, Bolsa Família, Bolsa Escola e outros, acabam por desviar o foco da cultura do coco babaçu por apresentar uma renda fixa e garantida nos finais dos meses, tornando o trabalho de quebradeiras de coco apenas um complemento para a renda familiar. Mas que se mantém pelo significado social e político para o movimento das mulheres quebradeiras de coco.

Nos últimos anos, as cascas do coco babaçu até mesmo o fruto do coco inteiro, vinham sendo destinados à produção do carvão vegetal para suprir a demandas das siderúrgicas instaladas ao longo da Estrada de Ferro Carajás. Devido essas circunstâncias nas quais o uso industrial do carvão feito a partir do Coco babaçu, promovia uma forte pressão sobre a exploração do babaçu nos moldes tradicionais, e, por conseguinte, dando outro direcionamento para os aspectos produtivos e econômicos para esse grupo de extrativistas.

Com relação a produção do carvão vegetal a partir do fruto do coco babaçu, após chegar ao conhecimento das indústrias siderúrgicas de produção de ferro gusa, sobre o potencial calorífico do carvão vegetal produzido através do coco inteiro ou simplesmente pela casca do coco babaçu. Que passa a ser visto como

uma nova alternativa energética para a produção do carvão convencional por seu alto poder calórico e baixo preço.

Além do mercado de láuricos, o babaçu começou a adquirir importância para algumas empresas da indústria siderúrgica, interessadas na possibilidade de utilização do coco babaçu carbonizado, como carvão vegetal em substituição ao carvão oriundo de matas nativas (HERMANN et. al., 2000).

A coleta e extração das amêndoas sofreram uma baixa muito significativa, até o ano de 2008, devido forte interesse por parte das Indústrias Siderúrgicas produtoras do Ferro Gusa, considerando que este tipo de trabalho era o principal responsável pela renda familiar de mais de 400 mil mulheres nos estados do Pará, Maranhão, Tocantins e Piauí (Repórter Brasil, 2006). Hoje esse interesse parece ter diminuído devido o fechamento de diversas empresas desse ramo, por problemas de ordem ambiental e trabalhista.

ZYLBERSZTAJN et al. (2000), afirma que em média a produção das quebradeiras de coco referente a extração de amêndoas é de 5kg, todavia algumas delas possam extrair até 15kg. O trabalho das quebradeiras é considerado muito importante para a produção de diversos subprodutos extraídos do coco babaçu, que mesmo num um trabalho artesanal, mas que através de suas habilidades conseguem diversificar a produção aumentando a possibilidade de maior ganho.

Esse trabalho agroextrativista se caracterizou por ser uma atividade considerada tipicamente de gênero que se fortaleceu pelo argumento de ter sido a única fonte de renda gerada propriamente por mulheres no âmbito familiar. Para as mulheres quebradeiras a ausência de homens no trabalho de beneficiamento do coco babaçu, não é porque eles sejam prescindíveis ao evento laboral, ocorre que essa atividade caracterizou-se numa atividade especificamente feminina, pois apesar da mulher com isso, ter que assumir uma dupla jornada de trabalho, ou seja, cuidar da casa, dos filhos, lavar roupas e louças, fazer comida, cuidar da horta e dos animais domésticos.

Ainda precisa ir ao barracão para quebrar o coco como uma condição emblemática da sua luta, participando de todas as atividades políticas e sociais provenientes do movimento das mulheres quebradeiras de coco. Esse tipo de trabalho lhes proporcionou possibilidade de ampliação de seus objetivos produtivos,

transformados em objetivos políticos, o que gerou uma conotação de liberdade no imaginário feminino.

O resultado das lutas das Quebradeiras de Coco Babaçu por melhores condições para o exercício de suas atividades produtivas, isso já num franco exercício das suas atividades políticas, deu origem a duas organizações representativas no setor rural maranhense: a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB (ALMEIDA, 1995).

Em especial a criação do MIQCB, partiu das primeiras formas de organizações dentro das comunidades rurais, criando espaços tanto de cunhos recreativos como principalmente, para discutirem e decidirem sobre assuntos de importância, referentes aos locais em que vivem. Desde então as mulheres já vislumbravam a necessidade de criarem formas de se contraporem aos homens que de forma machista se organizavam em sindicatos, até então proibido o acesso de mulheres. Os encontros foram ganhando força a tal ponto, que pouco a pouco foram se inserindo no âmbito dos sindicatos, onde a repressão e a desvalorização da mulher ainda era evidente, estando lá, buscaram gradativamente o direito de expressar suas vontades e suas necessidades, que em certo ponto assemelhavam-se às dos homens na questão do acesso à terra, mas que destoavam na questão da liberdade da mulher (BOLONHÊS e OLIVEIRA, 2013).

Os sindicatos, portanto, foi o trampolim que proporcionou o grande salto para a interação e a integração desses diferentes grupos de mulheres, que apesar da separação geográfica, se uniam através de suas opiniões, já que discutiam os mesmos problemas e tinham as mesmas condições de vida. Começaram então a dar formato ao embrião das primeiras organizações informais que visavam conscientizar as mulheres do campo sobre suas realidades e a sua posição diante da sociedade, assim como suas perspectivas de vida social (BOLONHÊS e OLIVEIRA, 2013).

Há de se considerar que esta atividade extrativista desenvolvida pelas mulheres quebradeiras, existe a mais de um século. Entretanto passou a ser reconhecida e incluída pelo Governo Federal no conceito de população tradicional somente no ano de 2007, através do (Decreto 6.040 de 7 de fevereiro de 2007), no

qual são definidos como: “grupos culturalmente diferenciados que se reconhecem como tal, os quais matem suas próprias formas de organização social ocupando e usando territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas através da tradição”. Sendo essa conquista resultado da luta interposta pelo MIQCB.

As quebradeiras geralmente “sem terras” coletavam tradicionalmente em toda região independentemente do cadastro fundiário da terra, onde os babaçuais ocupavam cerca de 18 milhões de hectares distribuídos nos quatro Estados, mesmo com o processo de desmatamento em ritmo acelerado (ALMEIDA, 1995).

A partir de 2001 foi desencadeada a luta pela lei do Babaçu Livre, que foi aprovada em 1997, no município de Lago do Junco, região central do Maranhão. Basicamente, ela garante às quebradeiras de coco do município e às suas famílias o direito de livre acesso e de uso comunitário do babaçu (mesmo quando dentro de propriedades privadas), além de impor restrições significativas à derrubada das palmeiras. Essa iniciativa se alastrou e, atualmente, 13 municípios (oito no Maranhão, quatro no Tocantins e um no Pará, município de São Domingos do Araguaia) possuem legislação que contempla a reivindicação das quebradeiras de coco babaçu do gênero.

No entendimento do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB (REPÓRTER BRASIL, 2006) o interesse comercial despertado entre fazendeiros antes contrários à Lei do Babaçu Livre, de alguma forma e em certos lugares diminuiu os desmatamentos dos babaçuais. Mas, por outro lado esse recurso modifica todo o processo dessa atividade extrativista.

Nessas circunstâncias com a imposição de mudanças na relação de trabalho, Ana Carolina Mendes, coordenadora técnica da MIQCB em São Luiz/ MA (REPÓRTER BRASIL, 2006) argumenta que as quebradeiras vinham sendo transformando em meras catadeiras, atividade da coleta do coco inteiro para os proprietários das terras (fazendeiros), siderúrgicas ou ceramistas.

O trabalho feito em troca de um pagamento ínfimo, que não garante uma remuneração compatível com o trabalho, muito menos o sustento da família. E,

ainda priva as mulheres do aproveitamento dos subprodutos do babaçu. Fato também confirmado por algumas mulheres entrevistadas na região Sudeste do Pará, como as Sr.^a Cledeneuza Oliveira em São Domingos do Araguaia e a Sra. Maria Edna na Vila São Benedito, as quais afirmam que as condições de trabalho durante o período de auge das empresas siderúrgicas, eram precárias.

O fruto do coco babaçu na sua maioria era coletado com o fim energético, ou seja, servir para a produção de carvão vegetal para as empresas produtoras de ferro gusa, como também para as empresas produtoras de cerâmica vermelha. Tanto que a Sra. Maria do Carmo do P.A 21 de Abril em sua entrevista declarou que chegou a trabalhar como mera coletora do fruto em terras arrendadas para servir essas empresas.

Sabe-se que ainda existem inúmeras famílias que sobrevivem do trabalho da lavoura, associado ao extrativismo da palmeira do babaçu, hoje longe do foco dessas empresas, as quais costumam aproveitar integralmente esse recurso vegetal em prol do sustento da sua família. Considerando a potencialidade nutricional provinda do fruto, precisamente do mesocarpo, próprio para a produção de farinha de fubá para consumo humano, assim como ração para porcos e aves, devido a existência de um alto teor de carboidrato.

Mas isso não é tudo, segundo o professor Mesquita em entrevista concedida no dia 22 de novembro de 2011, existem matérias-primas concorrentes do babaçu que apresentam produtividade mais alta e por isso serem mais viáveis comercialmente do que o babaçu, tais como: a **mamona** para a produção de biodiesel; o **girassol** para produção de óleo comestível; e a **palma** (dendê) para produção comestível e forte potencial para produção de biodiesel. Isto mostra que o principal entrave para o desenvolvimento do trabalho das quebradeiras de coco babaçu é baixa produtividade do óleo em relação aos substitutos diretos. O referido autor aponta uma solução para tornar a produção do babaçu mais rentável que é, além de investir em tecnologia, é destiná-la ao processamento de bens de mais alto valor agregado como os insumos para a indústria de cosméticos, por exemplo.

A economia do babaçu, como ficou conhecida em sua fase mais próspera no Maranhão, perdurou até a década de 1980, quando entrou em decadência em função, sobretudo, da concorrência externa do óleo de palma da Malásia e da Indonésia (produção cultivada, mecanizada e com maior produtividade) que conseguem entrar no mercado interno e

internacional com um preço menor ao do óleo de babaçu. (MESQUITA, 2008).

Mas se levarmos em consideração a análise feita por (Rosa, 2011) sobre a condição da produção da extração do coco babaçu em toneladas, no período de 1990 a 2010, suas afirmações dão conta de que no primeiro ano o Maranhão chegou a exportar uma carga de 132 toneladas por ano, enquanto que o Pará exportou uma carga de 42 toneladas por ano. Todavia no último ano do período o Maranhão teve um decréscimo para 99,46 toneladas e o Pará decresceu para 28 toneladas. Deduz-se então, que a tendência desse setor comercial a nível industrial decresceu vertiginosamente. E hoje a sobre vida dessa atividade gira em torno das cooperativas e das associações, com maquinários de baixa qualidade tecnológica e/ou através dos trabalhos meramente artesanal conduzido pelas mulheres quebradeiras, como pode ser visto durante a pesquisa de campo na região sudeste do Pará.

Figura 15 - Quantidade de produção da extração do babaçu no Brasil, no Maranhão e no Pará (1990 – 2010).

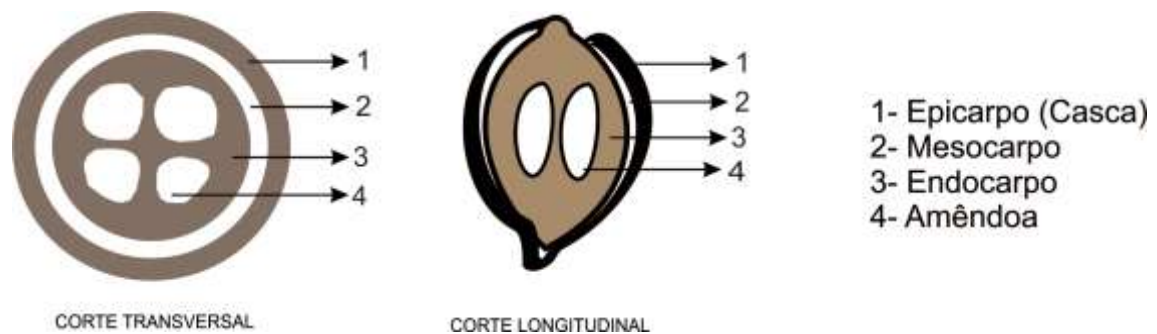
Período	Brasil	Maranhão	Pará
1990	188,718 toneladas	132,577 toneladas	42 toneladas
2000	116,889 toneladas	108,043 toneladas	19 toneladas
2010	106,055 toneladas	099,460 toneladas	28 toneladas

Fonte: IBGE – Produção de Extração Vegetal e silvicultura (Adaptação nossa).

A razão fundamental da atividade extrativista das mulheres quebradeiras, pode ser conhecida através da figura de um espécime de fruto do coco babaçu apresentando sua parte interior, através de cortes transversal e longitudinal, em que podemos visualizar sua constituição interna e compreender os elementos contidos nas suas subdivisões com indicações de opções para consumo.

O coco babaçu que possui entre 90 e 280 gramas é constituído por quatro partes (Fig. 4): a amêndoa representa 7% do volume do coco, a mesocarpo 20%, o endocarpo 60% e o epicarpo (casca) 13%. Toda a parte que compõem o babaçu possui rico potencial produtivo e podem agregar valor sendo transformado em subprodutos artesanais ou industriais (ROSA, 2011).

Figura 16 - Fruto de Coco babaçu aberto com suas subdivisões.



Fonte: TEIXEIRA, M. A. Biomassa de babaçu no Brasil. In: AGRENER 2002. Adaptação nossa.

Existe, no Brasil, um grande número de variedades de palmeiras que, se devidamente exploradas, poderão desempenhar no futuro um papel destacado na economia nacional pelo valor e diversidade de seus produtos. Com exceção dos Estados da região Sul, todas as demais regiões do Brasil possuem extensos palmares, constituindo-se num verdadeiro patrimônio, em estado do potencial, à espera de uma exploração agrícola-industrial bem orientada.

As imensas reservas naturais de palmáceas, no caso do dendê, do indaiá, do babaçu e da macaúba, revelam-se muito promissoras pelo alto rendimento energético por unidade cultivada e por se desenvolverem em áreas competitivas com a agricultura de sobrevivência (SILVA; BARRICHELO; BRITO, 1986). Dentre as variedades de produtos das palmeiras, destaca-se o coco de babaçu, um fruto abundante, principalmente nos Estado do Maranhão e Pará.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o desenvolvimento deste trabalho ficou cada vez mais evidente a luta das mulheres quebradeiras de coco babaçu por seus ideais, através do enfrentamento dos inúmeros desafios no campo social e político. Tendo como bandeira de luta a defesa implacável da “Lei do Babaçu Livre”, que concede o direito ao acesso livre aos babaçuais e a proibição dos cortes das palmeiras do babaçu, que é o símbolo da sobrevivência das famílias mais pobres dos Estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

Nesse percurso, inúmeros entraves foram surgindo na trajetória das quebradeiras de coco babaçu, primeiramente foram os confrontos com os proprietários de terras, posteriormente a disputa desigual com as empresas siderúrgicas pela matéria prima e ultimamente foram as derrubadas das palmeiras por parte dos fazendeiros para a plantação de pastos visando a criação de gado, deixando os babaçuais cada vez mais distantes e dispersos. Tudo isso levou as mulheres a esboçarem um determinado tipo de resistência que foi a criação da AMTR e do MIQCB, instituições através das quais as quebradeiras visavam à sustentação política e social do movimento, forma encontrada para manter viva a identidade e o reconhecimento pelo próprio governo como população tradicional que sobrevive do agro extrativismo.

Com o passar do tempo o coco babaçu que teve seu auge de produção até a década de 1970 (AYRES JUNIOR, 2007), sofreu um grande declínio em virtude do surgimento de outros produtos, como alternativas concorrentes, tais como: a mamona, o girassol e a palma (dendê). Mas o que mais depreciou comercialmente o coco babaçu foi a sua baixa produtividade em relação às matérias-primas concorrentes. Viu-se então, por alguns autores que a solução para a sobrevivência comercial do coco babaçu é a aplicação de tecnologias mais avançadas com a disponibilidade de maquinários mais modernos no sentido do aumento da produção em cooperativas, com o direcionamento para produtos com maior valor agregado. Além da perspectiva de renovação de mão de obra, através de incentivos às mulheres mais jovens com cursos de capacitação, elevação de categoria da produção, mesmo que exija maior conhecimento técnico e adoção de novas tecnologias. Essas medidas podem e devem amenizar qualquer sinal de crise nesse

setor produtivo, devolvendo o equilíbrio econômico que é a grande base de sustentação das conquistas políticas e sociais das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu.

6 REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Quebradeiras de Coco Babaçu: Identidade e Mobilização**. II Congresso Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, São Luís, 1995.
- ALVES, Maria Cleude de Souza. **Moradora da Vila São Raimundo (Brejo Grande do Araguaia)**. Entrevista concedida em 11 de março de 2015.
- AYRES JUNIOR, José Costa. **A organização das Quebradeiras de Coco Babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense** - Dissertação de Mestrado. UFSC, Florianópolis-SC, 2007.
- BOLONHÊS, A.C e OLIVEIRA, P.S. Relatórios de Pesquisas/ Projeto Conexão Local: **Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.
- COSTA, Vanderlea Campos da. **Moradora da Vila Ponta de Pedra do Araguaia (São João do Araguaia)**. Entrevista concedida no dia 26 de abril de 2014.
- FERREIRA, Alfredo Manoel Azevedo. **Discriminação da Mulher no mercado de trabalho**. *Jus Navigandi*, Teresina – PI, ano 18. nº 3551, 12 mar 2013.
- CRUZ, Filomena (Ciló). **Moradora da Vila Itamerim (Brejo Grande do Araguaia)**. Entrevistada em 10 de março de 2015.
- FUNDAÇÃO MUSSAMBÊ. Tecnologia de Utilização Total do Babaçu. Crato-CE/2011. Documentário Disponível www.mussambê.org.br. Publicado em 12 de julho de 2011.
- FUNDAÇÃO BABAÇU. Disponível em< www.miqcb.com.br>.
- HERMANN, Isadora et al.**Coordenação do SAG do babaçu: Exploração racional é possível?** USP, São Paulo/SP, 2000.
- LIMA, Maria da Silva. **Moradora da Vila Santa Rita (Brejo Grande do Araguaia)**. Entrevista concedida em 10 de março de 2015.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Entre o Campo e a Cidade: Formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira**. Agrária, São Paulo, 2006.
- MAY, P.H; VEIGA NETO, F. C.; CHEVES PAGO O.V., **Valorização Econômica da Biodiversidade**. Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2000.
- MDA - Ministérios do Desenvolvimento Agrário. **Promoção Nacional da Cadeia de Valor do Coco Babaçu**. Brasília, 2009.
- MESQUITA, Benjamin Alvino de. **Desenvolvimento econômico recente do Maranhão: uma análise do crescimento do PIB e perspectivas**. São Luís: IMESC, 2008.
- MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. **Nos babaçuais há conhecimentos Tradicionais** – VI Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu, São Luís, 2009

MIQCB – Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. **Nova Cartografia Social da Amazônia**. Fascículo 4: Quebradeiras de coco babaçu da Baixada Maranhense. São Luís, 2005.

MOTA, Juvêncio Pereira. **Morador da Vila São Raimundo (Brejo Grande do Araguaia)**. Entrevista concedida em 11 de março de 2015.

NASCIMENTO, **Maria Romana Pereira. Moradora do município de Palestina do Pará**. Entrevista concedida em 11 de março de 2015.

Nova Cartografia Social da Amazônia, 2014. Disponível em: pncsa.ufam@yahoo.com.

OLIVEIRA, Cledeneuza Maria Bizerra. **Representante do MIQCB Regional/Pá (São Domingos do Araguaia)**, entrevista concedida em 25 de abril de 2014.

PAIVA, Maria Edna Batista. **Moradora da Vila São Benedito (São Domingos do Araguaia)**. Entrevista concedida no dia 25 de abril de 2014.

PROJETO NOVA CARTOGRAFIA DA AMAZÔNIA. Serie: **Movimentos Sociais, identidade coletiva e conflitos**. Fascículo 05. Quebradeiras de coco babaçu do Para. São Luiz, 2005.

REPÓRTER BRASIL, 2006. Disponível em: < [http:// www.reporterbrasil.org.br/](http://www.reporterbrasil.org.br/)>

ROSA, Jurema Regueira A. M. Quebradeiras de Coco Babaçu: uma atividade sustentável? São Luís, 2011.

SANTOS. **Maria do Carmo Cardoso. Moradora do P.A 21 de Abril (São João do Araguaia)**. Entrevista concedida no dia 25 de abril de 2014.

SILVA, J. de C.; BARRICHELO, L.E.; BRITO, J.O. **Endocarpo de Babaçu e de Macaúba Comparados a Madeira de *Eucalyptus Grandis* para a Produção de Carvão Vegetal**. ESALQ/USP. Departamento de Ciências Florestais. Piracicaba-SP, 1986.

SILVA, Zilda Rosa da Conceição. **Moradora da Vila São José (São Domingos do Araguaia)**. Entrevista concedida em 25 de abril de 2014.

SOUSA, Jucilene Rodrigues. **Moradora da Vila Itamerim (Brejo Grande do Araguaia)**. Entrevista concedida em 10 de março de 2015.

SOUSA, Maria Hernestina. **Moradora do município de Palestina do Pará**. Entrevista concedida em 11 de março de 2015.

TEIXEIRA, M. A. **Biomassa de babaçu no Brasil**. In: AGRENER 2002. *Anais do 4º Encontro Energia no Meio Rural*. Campinas. NIPE-UNICAMP, Campinas-SP, 2002.

VIVACQUA FILHO, Antônio. **Babaçu, Aspectos Sócios econômicos e Tecnológicos**. Universidade de Brasília: Brasília, 1968.

ZYLBERSZTAJN, D.; et al. **Reorganização do agronegócio do babaçu no Estado do Maranhão**. Relatório técnico. Grupo Pensa. USP, São Paulo, 2000.

7 ANEXO: Documentário ilustrativo sobre os sistemas de produção manual (tradicional) e o tecnológico (mecanizado), produzido pela **Fundação Mussambê** – visando mostrar que é possível a utilização total do coco babaçu, com o paio da tecnologia.